



**Instituto Superior de Ciências da Informação e
Administração
2023**

**João Manuel de Oliveira
Marques**

**Proteção Civil ao nível local: evolução e
momentos marcantes (2017 e 2020)**



**João Manuel de Oliveira
Marques**

**Proteção Civil ao nível local: evolução e
momentos marcantes (2017 e 2020)**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Emergência, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria José Faria Feio, do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração de Aveiro.

O júri

O Presidente Doutora Carla Andreia Pimentel Rodrigues

O Arguente Especialista Mestre João Paiva Ribeiro

O Orientador Doutora Maria José Faria Feio

Agradecimentos

Ao chegar ao final desta jornada académica, é com profundo apreço e gratidão que desejo expressar o meu reconhecimento a todos aqueles que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento e conclusão desta dissertação.

Em primeiro lugar, um agradecimento à minha orientadora, Doutora Maria Feio. A sua sabedoria, paciência e apoio inestimável foram fundamentais para o meu crescimento académico e pessoal. A sua orientação foi fundamental para a conclusão da presente dissertação.

Um agradecimento especial ao Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração (ISCIA), que não só me proporcionou um ambiente de aprendizagem enriquecedor, mas também foi uma fonte de inspiração constante. Agradeço especialmente à Professora Doutora Carla Rodrigues, Diretora Pedagógica do Mestrado, pela sua liderança exemplar e apoio contínuo ao longo do meu percurso no ISCIA.

Não posso deixar de expressar a minha imensa gratidão à minha família, cujo amor, encorajamento e compreensão foram o meu porto seguro nos momentos mais desafiantes. Foram a força motriz por trás de cada palavra escrita.

Aos meus colegas e amigos, agradeço pelas reflexões estimulantes, pelo companheirismo e pelas memórias partilhadas. Cada um de vocês teve um papel importante nesta viagem, proporcionando momentos de descontração, aprendizagem e amizade genuína.

Um agradecimento especial a todos os que participaram na minha pesquisa, seja através de entrevistas ou nas respostas aos inquéritos. A vossa disponibilidade e contribuições foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão deste estudo. Sem a vossa participação, esta dissertação não teria sido possível.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os professores e membros do corpo docente que, direta ou indiretamente, enriqueceram a minha experiência académica.

"Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos pensativos e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é a única coisa que sempre o fez."

(Margaret Mead)

palavras-chave

Proteção Civil, Serviços Municipais de Proteção Civil, Gestão de Emergências, Incêndios 2017, Prevenção e Socorro

resumo

Esta dissertação realizou uma análise detalhada sobre a evolução do Sistema Nacional de Proteção Civil em Portugal desde o início do século XXI, concentrando-se particularmente nos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC). O estudo aprofundado foi orientado para compreender como eventos significativos - especificamente os incêndios de Pedrogão em 2017, os incêndios de 15 de outubro do mesmo ano e a pandemia de SARS-CoV-2 em 2020 - influenciaram a conjuntura atual do sistema de proteção civil.

A investigação iniciou-se com uma análise histórica dos SMPC, desde a sua instituição, visando entender a interação destes serviços com a comunidade e avaliar o impacto dos incêndios de 2017 e da pandemia de 2020 nessa dinâmica. Parte crucial deste estudo envolveu a exploração das alterações adotadas pelos SMPC em termos de estratégias de prevenção, gestão de emergências e operações de socorro nas suas áreas de responsabilidade.

Para uma compreensão abrangente, a pesquisa recorreu à legislação pertinente, a inquéritos online dirigidos à população geral e a entrevistas semiestruturadas com técnicos especializados dos SMPC e decisores políticos localmente eleitos. Estes métodos proporcionaram *insights* sobre como os eventos mencionados influenciaram o Serviço Nacional de Proteção Civil, em especial os SMPC. A dissertação avaliou se houve uma melhoria na capacidade operacional e preventiva dos serviços, se a população está agora mais apta a lidar com situações de emergência e em que medida a legislação implementada contribuiu para fortalecer a relação entre os SMPC, a comunidade, a gestão de emergências e a formação para a conscientização e prevenção de riscos.

Este trabalho ofereceu uma visão profunda sobre as transformações e os desafios enfrentados pelos SMPC, fornecendo uma avaliação crítica sobre se e como os serviços evoluíram para responder melhor às necessidades da população em contextos de crise e emergência.

keywords

Civil Protection, Municipal Civil Protection Services, Emergency Management, 2017 Fires, Prevention and Rescue

abstract

This dissertation conducted a detailed analysis of the evolution of the National Civil Protection System in Portugal since the beginning of the 21st century, focusing particularly on the Municipal Civil Protection Services (MCPS). The in-depth study was aimed at understanding how significant events - specifically the Pedrogão fires in 2017, the fires of October 15th of the same year, and the SARS-CoV-2 pandemic in 2020 - influenced the current situation of the civil protection system.

The research began with a historical analysis of the MCPS, since their establishment, aiming to understand their interaction with the community and assess the impact of the 2017 fires and the 2020 pandemic on this dynamic. A crucial part of this study involved exploring the changes adopted by the MCPS in terms of prevention strategies, emergency management, and rescue operations within their areas of responsibility.

For a comprehensive understanding, the research utilized relevant legislation, online surveys directed at the general population, and semi-structured interviews with specialized technicians from the MCPS and locally elected policymakers. These methods provided insights into how the aforementioned events influenced the National Civil Protection Service, especially the MCPS. The dissertation evaluated whether there was an improvement in the operational and preventive capacity of the services, whether the population is now more capable of dealing with emergency situations, and to what extent the implemented legislation contributed to strengthening the relationship between the MCPS, the community, emergency management, and training for awareness and prevention of risks.

This work offered an in-depth view of the transformations and challenges faced by the MCPS, providing a critical assessment of whether and how the services have evolved to better meet the needs of the population in crisis and emergency contexts.

Índice

Lista de Siglas e Abreviaturas	xii
Índice de Gráficos	xiii
Índice de Tabelas	xiv
Índice de Figuras	xiv
Enquadramento	1
Capítulo I	9
A Proteção Civil em Portugal.....	9
1. Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil.....	9
2. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	12
3. Gestão de Emergência e Socorro	14
Capítulo II	17
A Proteção Civil no Patamar Local.....	17
1. O Serviço Municipal de Proteção Civil e seu papel no levantamento e prevenção do risco	17
2. O Papel do SMPC na comunicação e gestão do risco junto da população.	21
Capítulo III	23
Momentos Marcantes (2017 e 2020): uma análise crítica das alterações legislativas.....	23
1. Alterações Legais	25
2. Alterações Estruturais	30
3. Impactos Sociais e Operacionais	30
Capítulo IV	33
Metodologia.....	33

Capítulo V	39
Análise e Discussão dos Resultados	39
1. Avaliação do impacto da implementação da legislação	39
2. Resultados dos Inquéritos à População	47
3. Resultados e análise das Entrevistas.....	58
1. Análise e Discussão Geral dos Resultados.....	88
Capítulo VI	95
Considerações Finais.....	95
Bibliografia	99
Anexos	105
I. Modelo de Inquérito	105
II. Modelo de Entrevista	113

Lista de Siglas e Abreviaturas

- ANEPC** - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- ANPC** - Autoridade Nacional de Proteção Civil
- CIM RC** - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
- COM** - Comandante Operacional Municipal
- GTF** - Gabinete Técnico Florestal
- INEM** Instituto Nacional de Emergência Médica
- ISCIA** - Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração
- SIOPS** Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
- SMPC** - Serviço Municipal de Proteção Civil
- SMS** - Serviço de Mensagens Curtas (*Short Message Service*)
- SNB** - Serviço Nacional de Bombeiros
- SNBPC** - Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição das respostas obtidas por género (n=175).....	48
Gráfico 2: Distribuição das respostas aos inquéritos por escalão etário (n=175).	49
Gráfico 3: Indica a proporção de respondentes que residem na Comunidade Intermunicipal de Coimbra (n=175).	49
Gráfico 4: Demonstra a distribuição geográfica dos inquiridos por concelho de residência (n=175).....	49
Gráfico 5: Ilustra a percentagem de participantes que sofreram danos nos incêndios de 2017 (n=175).....	50
<i>Gráfico 6: Avalia a perceção dos inquiridos sobre o apoio do SMPC após os incêndios de 2017 (n=175).....</i>	<i>50</i>
Gráfico 7: Apresenta a avaliação dos inquiridos sobre a comunicação do SMPC durante os incêndios de 2017 (n=175).	51
Gráfico 8: Mostra a perceção sobre a melhoria da comunicação entre a Proteção Civil e a população após 2017 (n=175).....	51
Gráfico 9: - Indica se a informação do SMPC ajudou os inquiridos a estarem mais preparados para incêndios (n=175).....	52
Gráfico 10: Reflete as opiniões sobre a adequação das medidas de prevenção de incêndios florestais (n=175).	52
Gráfico 11: Analisa a perceção do papel do SMPC durante o início da pandemia de COVID-19 (n=175).	53
Gráfico 12: Avalia a perceção de proximidade entre o SMPC e a população durante e após a pandemia (n=175).	53

Gráfico 13: - Mostra as preferências dos inquiridos quanto aos meios de comunicação para receber informações em emergências (n=175).....	54
Gráfico 14: Indica a frequência com que o SMPC realiza sessões de esclarecimento para a população (n=175).	54
Gráfico 15: Mostra o nível de conhecimento dos inquiridos sobre o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do seu município (n=175).....	55
Gráfico 16: Avalia a perceção sobre a preparação do SMPC para responder a emergências após os incêndios de 2017 e a pandemia (n=175).	55
Gráfico 17: Examina a perceção sobre a proximidade entre a população e o SMPC em comparação com o ano de 2017 (n=175).	56

Índice de Tabelas

Tabela 1: Questão 1 e 2.....	65
Tabela 2: Questão 3 e 4.....	68
Tabela 3: Questão 5 e 7.....	74
Tabela 4: Questão 7 e 8.....	77
Tabela 5: Questão 9 e 10.....	82

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa localização CIM RC.....	26
Figura 2: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.....	27

Enquadramento

O principal objetivo desta dissertação é analisar a evolução do Sistema Nacional de Proteção Civil em Portugal, com especial enfoque nos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC). É objetivo estabelecer uma relação entre dois grandes eventos num passado recente - os incêndios de 2017 e a pandemia de COVID-19 em 2020 - e as mudanças no panorama da Proteção Civil ao nível local.

Os Incêndios de 2017 representaram uma das maiores tragédias naturais em Portugal nas últimas décadas. Fruto de severas condições meteorológicas (temperaturas elevadas, seca prolongada e ventos fortes) em junho, na região de Pedrógão Grande e em outubro, em várias regiões do centro do país, atingindo os distritos de Leiria, Coimbra, Viseu, Aveiro e Guarda, estes eventos resultaram num número significativo de mortes e extensa destruição de floresta e ecossistemas. *"Os incêndios de Pedrógão Grande evidenciaram falhas no sistema de Proteção Civil, revelando uma resposta limitada na prevenção, deteção precoce e combate aos incêndios florestais. A tragédia expôs fragilidades estruturais, destacando a necessidade urgente de reformas e investimento em estratégias mais eficazes para enfrentar catástrofes semelhantes no futuro."*(Relatório Técnico Independente - *Incêndios Pedrogão*, sem data). Daqui resultou um reforço nas políticas de gestão de emergência, uma revisão dos sistemas de alerta e comunicação, e um maior investimento em recursos para o combate a incêndios (Decreto-Lei n.º 44/2019 | DR, 2019).

Em 2020, a pandemia resultante do vírus SARS-coV-2 (COVID-19) trouxe desafios sem precedentes, não apenas a nível de saúde pública, mas também em termos de progressão e resposta a emergências. A necessidade de medidas de confinamento, gestão de recursos hospitalares e a implementação de estratégias de mitigação de risco afetaram profundamente a população e as estruturas de governança local. Como resposta, os SMPC tiveram de se adaptar rapidamente, desenvolvendo novas estratégias de comunicação e colaboração intersectorial para lidar com esta crise sanitária global.

“A Secretária de Estado da Administração Interna, Patrícia Gaspar, destacou o papel do sistema de Proteção Civil no combate à pandemia Covid-19, numa cerimónia em Loulé.

«Eu nunca tive dúvidas. Mas, se alguém as tinha no passado, julgo que este ano e meio veio clarificar para todos a importância que o sistema de Proteção Civil tem no nosso País. Foi, no âmbito desta terrível pandemia que a todos apanhou de surpresa e que era impossível de antecipar ou prever, a primeira vez na história recente da Proteção Civil que todo o sistema foi efetivamente ativado, em prol dos portugueses e numa dimensão absolutamente crítica», lembrou Patrícia Gaspar sobre um trabalho conjunto que envolveu «o patamar local, o patamar distrital e o patamar nacional». (...)(«A pandemia veio clarificar a importância que o sistema de Proteção Civil tem no nosso País» - XXII Governo - República Portuguesa.pdf, sem data).

O trabalho procura compreender a relação do SMPC com a população, avaliando a forma como os incidentes mencionados influenciaram essa dinâmica e quais

foram as principais alterações introduzidas nos SMPC em termos de prevenção, gestão de emergência e socorro. Através da análise de legislação, inquéritos online e entrevistas com técnicos e autarcas locais, este estudo visa compreender a eficácia das alterações e mudança de paradigma ocorridas no contexto do Serviço Nacional de Proteção Civil, em particular nos SMPC.

Recorrendo não só à legislação em vigor, como à legislação produzida desde do início do século, a normas e regulamentos e, a arquivos documentais sobre o tema (comunicação social, outros trabalhos já realizados), pretende-se com a presente dissertação analisar a evolução do Sistema Nacional de Proteção Civil, em especial, dos agentes locais e em particular, nos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC), tanto ao nível legal, como operacional, logístico e político, na tentativa de estabelecer uma relação entre os eventos de 2017 (incêndios de Pedrogão e de 15 de outubro) e de 2020 (pandemia) e a atual conjuntura.

A Lei 65/2007 de 12 de novembro (Diário Da República, 1.^a série-N.º 217-12 de novembro de 2007, n.d.) veio definir o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelecer a organização dos SMPC e determinar as competências do comandante operacional municipal.

É objetivo da presente dissertação estabelecer uma relação entre dos incêndios de 2017 e as alterações à Lei 65/2007, introduzidas pelo Decreto-Lei 44/2019 de 1 de abril (Diário da República, 1.^a série - N.º 64 - 1 de abril de 2019, n.d.) e, em que medida estas vieram impactar o sistema. Pretende-se também estabelecer uma relação entre a atuação dos SMPC durante a pandemia provocada pelo vírus

SARS-CoV-2 (COVID 19) iniciada em março de 2020 e as suas atuais competências, analisar a aproximação dos SMPC à população e *vice-versa*.

De forma a cumprir com os objetivos enumerados de uma forma historicamente contextualizada, pretende-se ainda responder às questões:

- Qual tem sido o papel dos SMPC desde o início do século no sistema nacional de proteção e socorro?
- Qual a sua relação com a população?
- Qual o contributo dos incêndios de 2017 e a pandemia de 2020 (*SARS-CoV-2*) nas alterações que os SMPC têm vindo a implementar no âmbito da prevenção, gestão de emergência e socorro dentro das suas áreas de atuação?

Assim, e com vista ao cumprimento dos objetivos, a dissertação está estruturada da seguinte forma:

Capítulo I

Aborda de forma detalhada a Proteção Civil em Portugal. Começa com uma análise histórica do sistema de proteção civil e do Serviço Nacional de Bombeiros, destacando a criação do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil em 2003 e a subsequente formação da Autoridade Nacional de Proteção Civil em 2006. Analisa as reformas legislativas e estruturais, incluindo a transição para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil em 2019. O capítulo detalha também o papel crucial da gestão de emergências e socorro, incluindo planeamento, coordenação e implementação de medidas de proteção em situações

de acidente grave ou catástrofe. Aborda a cooperação entre diferentes entidades nacionais e internacionais, e a importância da ANEPC na coordenação das atividades de proteção civil na prevenção e resposta e gestão de emergências.

Capítulo II

O Capítulo II procura retratar o papel dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) em Portugal. Discute a sua função no levantamento e análise de riscos locais, a interação e comunicação com a população e a sua importância na prevenção e gestão de riscos. Destaca o envolvimento dos SMPC em atividades de planeamento, preparação para emergências, e resposta a incidentes. Este capítulo também examina as alterações legislativas que impactaram os SMPC, ressaltando a sua adaptação a novos desafios e exigências.

Capítulo III

Este capítulo tem por objetivo a análise dos eventos marcantes de 2017 (incêndios florestais) e 2020 (pandemia de COVID-19) e seus impactos no sistema de Proteção Civil em Portugal. Aborda as mudanças legislativas, estruturais, sociais e operacionais decorrentes destes eventos. Detalha como estes incidentes evidenciaram as fragilidades do sistema, levando a uma revisão das estruturas de Proteção Civil e à implementação de novas políticas e práticas com vista a melhorar a resposta a futuras crises.

Capítulo IV

Dedicado à metodologia, detalha as abordagens utilizadas na pesquisa sobre o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e a legislação associada, com ênfase nas alterações ocorridas entre 2017 e 2022. Descreve as ferramentas utilizadas para a recolha de dados, as amostras utilizadas e ao processo de análise dos resultados obtidos.

Capítulo V

Esta secção é dedicada à avaliação dos impactos resultantes das alterações legislativas no sistema de proteção civil em Portugal e à apresentação e análise dos resultados dos inquéritos e entrevistas realizados. O capítulo conclui com uma reflexão crítica sobre a relação entre a legislação, a gestão de emergências e a perceção da população sobre a eficácia da proteção civil.

Capítulo VI

Com base nos resultados obtidos e descritos no Capítulo V e na bibliografia utilizada, as considerações finais desta dissertação apresentam uma análise detalhada e multifacetada dos efeitos das reformas legislativas recentes no sistema de Proteção Civil em Portugal. Este capítulo desempenha um papel de relevo uma vez que, incorpora uma análise quantitativa dos dados dos inquéritos realizados à população, assim como uma análise qualitativa das entrevistas com profissionais da área. A estrutura do capítulo encontra-se dividida por:

- a) Avaliação do Impacto das Alterações Legislativas. Analisa as alterações legislativas desde o início do século, com especial incidência nas mudanças

ocorridas entre 2017 e 2022 (2023), a forma como estas reformas influenciaram o funcionamento e a eficácia dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) na gestão de riscos e emergências.

- b) Resultados dos Inquéritos e Entrevistas, tem por objetivo a análise dos resultados obtidos com inquéritos realizados à população em geral e as entrevistas com técnicos superiores e políticos localmente eleitos (autarcas locais). A análise foca-se em como a legislação e suas alterações são percebidas e quais os impactos práticos sentidos pela população e pelos profissionais da área.
- c) Análise e Discussão dos Resultados. Procura interpretar os dados recolhidos através da realização dos inquéritos, estendendo a discussão à análise e referências a estudos e literatura disponível no que concerne à Proteção Civil e Gestão de Emergências.

Este capítulo revela-se de particular importância, uma vez que procura estabelecer uma ligação entre as mudanças legislativas e estruturais no sistema de Proteção Civil e as experiências e perceções daqueles que de alguma forma terão sido afetados por essas mudanças, tanto profissionais da área quanto a população em geral. Através desta análise, procura-se oferecer *insights* valiosos sobre a eficácia das reformas implementadas, sugerindo pontos de partida para futuros trabalhos visando melhorar ainda mais o sistema nacional de proteção civil, especialmente a nível local e junto das populações.

Pretende-se com este trabalho de dissertação uma análise ao sistema nacional de Proteção Civil, em particular no patamar local, contribuindo para o seu

aperfeiçoamento e maior proximidade à população, com recurso a uma análise crítica às políticas atualmente existentes

Em suma, esta dissertação visa contribuir para o aperfeiçoamento da proteção civil em Portugal, por meio da análise crítica das políticas e medidas atualmente em vigor, e da identificação de áreas que possam ser alvo de melhoria e análise em trabalhos futuros, contribuindo assim para um sistema mais eficaz e eficiente.

Capítulo I

A Proteção Civil em Portugal

Com este capítulo pretende-se uma análise da trajetória e evolução do sistema Nacional de Proteção Civil em Portugal, desde as suas raízes históricas até às recentes reformas estruturais. O objetivo é compreender como o sistema se adaptou para enfrentar desafios emergentes e antecipar os futuros, bem como as melhorias na gestão de emergências e catástrofes em território nacional.

1. Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil

(...) “No auge da Segunda Guerra Mundial, e face à possibilidade de um ataque a Portugal, em 1942 durante o Estado Novo, é criada a Defesa Civil do Território (DCT) pelo Decreto-Lei n.º 31956/1942 de 2 de abril, sendo esta a primeira instituição criada em Portugal com objetivos de proteção civil, sendo atribuída a sua gestão à Legião Portuguesa, incumbindo-lhe, em caso de guerra ou de grave emergência, assegurar a normalidade das atividades nacionais, salvaguardando as populações e a riqueza pública, perante ataques ou bombardeamentos aéreos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, início da Guerra Fria e entrada de Portugal para a North Atlantic Treaty Organization (NATO), através da implementação da Lei n.º 2093, de 20 de junho de 1958, a DCT foi reestruturada, passando a designar-se por Organização Nacional de Defesa Civil do Território (ONDCT), sendo o seu propósito essencial impedir, ou limitar, em tempo de guerra ou de emergência, o efeito de bombardeamentos, de catástrofes ou de calamidades públicas de qualquer natureza. Após a revolução de 25 de abril de 1974, o Decreto-Lei n.º 171/74 de 25 de abril extingue a Legião Portuguesa, e conseqüentemente a

ONDCT, ficando o país desprovido de uma entidade administradora da proteção civil, sendo criado nos inícios de 1975 o Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC) com a publicação do Decreto-Lei n.º 78/75 de 22 de fevereiro. O grande passo relacionado com a evolução da Proteção Civil em Portugal dá-se em 1980, com a publicação do Decreto-Lei n.º 510/80, de 25 de outubro, onde se faz a distinção entre a função de proteção civil e o SNPC, sendo este último o “instrumento do Estado capaz de dar execução às diretivas e determinações emanadas superiormente”, enquanto a função de proteção civil é a “atividade multidisciplinar e plurisectorial no que diz respeito a todas as estruturas da sociedade, responsabilizando cada um e todos os cidadãos (...).” (Ferreira, 2016).

A Proteção Civil em Portugal, frequentemente associada aos Bombeiros e aos incêndios, tem uma história rica e evolutiva. Para reforço desta associação em muito terá contribuído a criação em 2003 do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) e Proteção Civil (SNBPC) pelo Decreto-Lei 49/2003 de 25 de março. Este marco legislativo uniu o Serviço Nacional de Proteção Civil, criado em 1975, (...)” *Artigo 1.º É criado na dependência do Ministério da Defesa Nacional o Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), que, apoiado na espontânea vontade dos cidadãos se entreatudarem, tem por objectivo preparar as medidas de protecção, limitar os riscos e minimizar os prejuízos que impendem sobre a população civil nacional, causados por catástrofes naturais ou emergências imputáveis à guerra, ou por tudo o que represente ameaça ou destruição dos bens públicos, privados e recursos naturais repartidos pelo território nacional (...),”* (Assembleia da República, 1975) e o SNB, instituído em 1979 pela Lei 10/79 de 20 de março. Esta mudança foi uma

resposta direta às necessidades emergentes, moldadas por uma história de catástrofes naturais e crises humanitárias que caracterizaram o desenvolvimento da proteção civil em Portugal desde eventos antigos, como o terramoto de 1755 em Lisboa, até desafios mais recentes.

Em outubro de 2006, o SNBPC foi substituído pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), estabelecida pelo Decreto-Lei 203/2006 de 25 de outubro. Este desenvolvimento reflete uma evolução contínua do sistema de proteção civil em Portugal, demonstrando a capacidade do país de se adaptar e responder a uma variedade de riscos e desastres.

A criação do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) em 2007, conforme delineado no Artigo 2º da Lei 65/2007 de 27 de novembro “(...) *A atividade de proteção civil municipal exerce-se nos seguintes domínios: a) Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do município; b) Análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco; c) Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; d) Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no município; e) Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal (...)*”, foi outro passo significativo para a descentralização da proteção civil. De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil, a qual estabelece os objetivos e domínios de atuação da Proteção Civil, as funções do SMPC não incluem uma resposta operacional

direta às ocorrências, essa resposta é reservada aos agentes de proteção civil (Bombeiros, INEM Forças de Segurança de entre outras).

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), criada pelo Decreto-Lei n.º 45/2019 de 1 de abril, representa um avanço significativo na história da proteção civil portuguesa. Esta nova entidade, refletindo as lições aprendidas ao longo de décadas de experiência em lidar com emergências e desastres, tem a missão de coordenar a prevenção, o socorro e a assistência em situações de acidente grave ou catástrofe. A ANEPC, trabalhando em colaboração e coordenando um leque alargado de entidades nacionais e internacionais, destaca a robustez e flexibilidade do sistema de proteção civil em Portugal.

Em resumo, o sistema de Proteção Civil em Portugal, desde a sua conceção, tem sido caracterizado por uma evolução contínua. A integração do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil em 2003 e a subsequente transição para a ANPC e ANEPC refletem um compromisso contínuo de melhoria na gestão de riscos e emergências. As reformas e adaptações ao longo dos anos demonstram a capacidade de Portugal de responder eficientemente aos desafios emergentes, garantindo assim a segurança e o bem-estar da população.

2. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) é em Portugal a entidade responsável pela coordenação das atividades de proteção civil, na prevenção e resposta a situações de emergência. A ANEPC é uma entidade essencial no que concerne ao planeamento, coordenação e implementação de medidas de proteção e socorro em situações de acidente grave ou catástrofe.

Criada pelo Decreto-Lei n.º 45/2019 de 1 de abril, é o órgão central do sistema de proteção civil em Portugal. A sua missão envolve coordenação e supervisão das políticas de emergência e proteção civil, além de garantir a prontidão e eficácia das operações de socorro.

Nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006), a ANEPC é responsável por coordenar a prevenção, o socorro e a assistência relativa a acidentes graves ou catástrofes.

A ANEPC trabalha em estreita colaboração com diversas entidades, tanto a nível nacional como local, incluindo os serviços municipais de proteção civil, forças de segurança, saúde e outras entidades públicas e privadas relevantes.

A cooperação internacional também é uma faceta importante da ANEPC, envolvendo a participação em mecanismos de proteção civil da União Europeia e colaboração com outras organizações internacionais.

- 1- A ANEPC tem por missão planear, coordenar e executar as políticas de emergência e de proteção civil, designadamente na prevenção e na resposta a acidentes graves e catástrofes, de proteção e socorro de populações, coordenação dos agentes de proteção civil, nos termos legalmente previstos, e assegurar o planeamento e coordenação das necessidades nacionais na área do planeamento civil de emergência, com vista a fazer face a situações de crise ou de guerra.*
- 2- A ANEPC tem ainda por missão promover a aplicação, a fiscalização e inspeção sobre o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições.*

3- *A ANEPC, enquanto autoridade nacional, articula e coordena a atuação das entidades que desenvolvem, nos termos da lei, competências em matéria de emergência e de proteção civil e de proteção e socorro (...)*”. (Artigo 3º do Decreto Lei 45/2019 de 1 de abril).

3. Gestão de Emergência e Socorro

A Gestão de Emergência e Socorro, no âmbito da ANEPC em Portugal, abrange uma série de atividades e estratégias destinadas à preparação, resposta, gestão e recuperação em situações de emergências e catástrofes. Trata-se de uma abordagem multidimensional que requer cooperação entre várias entidades e organismos, implementação de planos de emergência, preparação e treino contínuo de recursos humanos.

A ANEPC desempenha um papel crucial no planeamento e gestão de emergências, desenvolvendo planos de resposta e recuperação para diferentes tipos de riscos, assim como a formação e capacitação contínua dos agentes de proteção civil.

Em situações de emergência, a ANEPC coordena as operações de socorro, mobilizando recursos quer humanos, quer materiais, garantindo a eficácia das intervenções.

As ações de resposta incluem não apenas o socorro imediato, mas também a avaliação de danos e a cooperação com outras entidades.

No pós-emergência, a ANEPC também está envolvida nas atividades de recuperação, ajudando a restaurar serviços essenciais e a apoiar as comunidades afetadas.

A resiliência é promovida através de planos de mitigação de riscos e educação da população sobre medidas de autoproteção.

A Gestão de Emergência e Socorro, sob a égide da ANEPC, é uma área complexa que exige um amplo planeamento estratégico, resposta rápida e eficaz em situações de emergência, ações de recuperação e resiliência a longo prazo.

Em suma, o sistema de Proteção Civil em Portugal, desde a sua conceção, tem sido caracterizado por uma evolução contínua, moldada tanto por desafios internos como por influências externas. A integração do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil em 2003, sob o Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de março, marcou o início de uma era de consolidação e reforço das capacidades de resposta a emergências. A subsequente substituição do SNBPC pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) em 2006, conforme previsto pelo Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de outubro, indicou uma adaptação às necessidades emergentes de um sistema mais integrado e coordenado.

A criação da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 25 de março representa um marco na história da Proteção Civil portuguesa, refletindo um compromisso renovador com a gestão eficiente de riscos e emergências. Esta restrição, que inclui a transição de uma organização baseada em distritos para uma estrutura mais descentralizada com comandos sub-regionais, é uma resposta direta às necessidades de um sistema mais ágil e adaptado às realidades locais.

Esta evolução demonstra a capacidade de Portugal de responder aos desafios emergentes, como a necessidade de maior cooperação e eficácia operacional em

face de catástrofes e crises. A abordagem multidimensional da ANEPC em planeamento, preparação, resposta e recuperação, juntamente com a sua capacidade de trabalho em colaboração com uma variedade de entidades, tanto nacionais como internacionais, destaca-se a robustez e flexibilidade do sistema.

Resumindo, as renovadas reformas no sistema de Proteção Civil em Portugal refletem um esforço contínuo para melhorar a capacidade de resposta a emergências e desastres, garantindo assim a segurança e o bem-estar da população. O sistema atual, apoiado por legislação e estruturas adaptativas, está bem posicionado para enfrentar desafios futuros com eficiência e resiliência.

Capítulo II

A Proteção Civil no Patamar Local

1. O Serviço Municipal de Proteção Civil e seu papel no levantamento e prevenção do risco

O Serviço Municipal de Proteção Civil em Portugal desempenha um papel vital na gestão local de emergências e na prevenção de riscos, quer pelo conhecimento e proximidade à comunidade, quer pelo conhecimento da área de intervenção. O SMPC tem intervenção apenas ao nível do município, é responsável por implementar e adaptar as políticas nacionais de proteção civil às realidades e necessidades locais. É, assim, um órgão operacional ao nível do município, responsável pela implementação de medidas de proteção civil a nível local.

A sua estrutura e funções estão regulamentadas pela Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, que estabelece as bases da proteção civil em Portugal, a qual tem vindo a sofrer várias alterações legais ao longo dos últimos anos, sendo exemplo disso as alterações introduzidas pela Lei 80/2015 de 3 de agosto, nomeadamente pelos Artigos:

- 8.º - que introduz uma metodologia flexível e escalável para a declaração de situações de alerta, contingência e calamidade, sublinhando a necessidade de uma resposta proporcional ao risco e gravidade das situações. Permitindo a sua aplicação a vários níveis territoriais, reforçando a capacidade de resposta localizada e adaptativa às emergências;
- 13.º e 14.º, os quais especificam o procedimento para a declaração de situação de alerta, destacando a importância da comunicação e

coordenação entre a entidade responsável pela proteção civil e os presidentes das câmaras municipal. Inclui a definição de procedimentos operacionais e a avaliação da necessidade de ativar os respetivos planos municipais de emergência de proteção civil;

- 16.º e 17.º, que detalham o processo de declaração da situação de contingência, incluindo a preparação de disposições específicas para as atividades operacionais e a ativação automática dos planos de emergência de proteção civil correspondentes;
- 21.º, que veio definir o âmbito e os procedimentos para a declaração de situação de calamidade, contemplando medidas específicas para a gestão de operações de proteção e socorro, e potencial de imposição de restrições em situações de gravidade emergência;
- 45.º, que estabelece uma estrutura de proteção civil hierarquizada e integrada nos níveis nacional, regional, distrital e municipal, através de uma coordenação eficaz e abrangente das ações de proteção civil;
- 50.º, que vem determinar os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, promovendo a colaboração interagências e a especialização de planos consoante as necessidades territoriais específicas.

Tem como principais funções a identificação e avaliação dos riscos específicos do município, incluindo riscos naturais, tecnológicos e humanos, informação e sensibilização.

A prevenção inclui a elaboração de planos de emergência municipais, planos prévios de intervenção, bem como outros planos setoriais direcionados à gestão de

emergência e socorro, campanhas de sensibilização pública e a implementação de medidas de mitigação de riscos.

Também os SMPC foram alvo de várias alterações legais ao longo dos últimos e desde a sua criação ao abrigo Lei n.º 65/2007 e nas suas alterações subsequentes. Nomeadamente as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril. Estas alterações à Lei n.º 65/2007, refletiram uma evolução nas responsabilidades e na estrutura dos serviços municipais de proteção civil.

O Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril veio introduzir alterações significativas no que concerne à estrutura e competências do SMPC, desde logo no que respeita à extinção da figura de Comandante Operacional Municipal (COM), tendo este sido substituído na função e competências pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil, com as respetivas competências descritas no o artigo 14.º-A, do referido Decreto Lei, o qual determina a existência de um Coordenador Municipal de Proteção Civil em cada município, detalhando suas responsabilidades, incluindo a de dirigir o SMPC, acompanhar e apoiar operações de proteção e socorro, promover a elaboração de planos de intervenção, entre outras funções. Já o Artigo 2.º, veio definir o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito das autarquias locais, estabelecendo a organização do SMPC e as competências do Coordenador Municipal de Proteção Civil, incluindo as competências no planeamento de soluções de emergência, como a busca, o salvamento, a prestação de socorro e assistência, e a evacuação, alojamento e abastecimento das populações. Veio estabelecer uma estrutura variável do SMPC de acordo com a sua área geográfica e população (n.º 2 do Artigo 9ª do Decreto-Lei 44/2019 de 1 de abril), que possa abranger áreas como a prevenção e avaliação

de riscos, planeamento e apoio às operações, logística e comunicações, sensibilização e informação. Confirmando ainda a dependência hierárquica do SMPC em relação ao Presidente da Câmara Municipal, que simultaneamente desempenha o papel de autoridade municipal de Proteção Civil, sendo dirigido pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil.

Outra das alterações estruturais introduzidas pelo Decreto-Lei 44/2019 de 1 de abril, prende-se com a possibilidade de criação da Central Municipal de Operações de Socorro (CMOS) ao abrigo do Artigo 16.º-A, com o objetivo de substituir as centrais de despacho de corpos de bombeiros existentes no município, com os operadores do CMOS pertencentes às estruturas que a integram e a coordenação a cargo do Coordenador Municipal de Proteção Civil.

O SMPC trabalha em estreita colaboração com a ANEPC, bombeiros, forças de segurança, serviços de saúde e outras entidades relevantes e que possam contribuir para a melhoria e eficácia da resposta.

A cooperação entre os diferentes níveis de proteção civil (nacional, regional e local) é fundamental para garantir uma resposta eficaz em situações de emergência.

O SMPC desempenha um papel importante na educação e formação da comunidade local em práticas de proteção civil e educação para o risco, promovendo a resiliência e a capacidade de resposta da população.

O SMPC é, assim, um elemento essencial do sistema de proteção civil em Portugal, desempenhando um papel crucial na identificação e mitigação de riscos locais, na preparação e resposta a emergências e na educação e formação da população.

2. O Papel do SMPC na comunicação e gestão do risco junto da população

A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na sua atual redação, estabelece a organização e competências dos SMPC no âmbito municipal. Define as suas áreas de atuação, incluindo a prevenção e avaliação de riscos, planeamento de operações, comunicação e sensibilização pública.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro, veio criar o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco. Este decreto-lei enfatiza a responsabilidade dos SMPC na emissão de alertas especiais e avisos de proteção civil direcionados à população, utilizando diversos meios para garantir uma comunicação eficaz de riscos e medidas de prevenção ou minimização de acidentes graves ou catástrofes junto à população.

A legislação acima referida constitui a base legal para a atuação dos SMPC na comunicação de riscos e na gestão de emergências, enfatizando a importância da informação e preparação da população.

O SMPC desempenha um papel crucial na comunicação e gestão de riscos junto à população local. Este papel caracteriza-se não apenas pela identificação e avaliação dos riscos, mas também a implementação de medidas de comunicação eficaz para informar e educar a população sobre como se preparar e agir perante situações de emergência.

O SMPC é responsável por desenvolver e implementar medidas de comunicação preventivas, visando informar a população sobre os riscos específicos na sua área de intervenção e como mitigá-los - inclui a divulgação de informações através de

canais, como os órgãos de comunicação social locais, redes sociais, sites municipais, folhetos informativos e reuniões públicas.

O SMPC desempenha um papel fundamental na missão de educar e sensibilizar a população para práticas de proteção civil, incluindo o desenvolvimento de programas educativos junto das escolas, *workshops* e campanhas de sensibilização.

O objetivo é prover os cidadãos de conhecimento, meios e treino, para que estes possam reagir e responder de forma eficaz em caso de emergência.

O SMPC é a entidade responsável pelo desenvolvimento e divulgação de planos de emergência municipais, sendo estes cruciais para garantir que a população esteja preparada e saiba como agir em caso de uma situação de risco.

Em situações de emergência iminente, o SMPC emite alertas e avisos à população, utilizando sistemas de alerta rápidos e eficientes, como sirenes, mensagens de texto e anúncios difundidos pelos órgãos de comunicação social locais.

O papel preconizado na legislação para o SMPC na comunicação e gestão de riscos é fundamental para a preparação e resiliência da comunidade local. Através de uma comunicação eficaz, educação e sensibilização, o SMPC ajuda a garantir que os cidadãos estejam informados, preparados e capazes de responder adequadamente em situações de emergência.

Capítulo III

Momentos Marcantes (2017 e 2020): uma análise crítica das alterações legislativas

Desde o início do século XXI, que temos assistido a eventos de grande magnitude e que têm posto à prova não só os mecanismos de Proteção Civil ao nível global como a perspetiva das populações em relação à Proteção Civil. No fundo, estes grandes eventos vieram demonstrar ao mundo a necessidade de reavaliar e fortalecer os sistemas de proteção civil.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 às Torres Gémeas nos Estados Unidos e os tsunamis devastadores nas Filipinas tornaram-se em mais do que tragédias isoladas. Foram eventos impulsionadores de uma mudança global na gestão da prevenção, da emergência, socorro, comunicação e sensibilização, até mesmo ao nível da segurança interna.

Os ataques de 11 de setembro, não evidenciaram apenas as necessidades de reforço na segurança e revisão de protocolos aeroportuários, vieram também reforçar e evidenciar as necessidades (entre outras) de melhorar a segurança dos operacionais quer durante a gestão da emergência, quer após a emergência, não só ao nível de treino e reforço de equipamentos de segurança individual, como até ao nível de apoio individual nos pós-evento, tanto físico como psicológico. Verificou-se a introdução de equipamentos de proteção individual mais avançados para bombeiros e paramédicos, a implementação de sistemas de comunicação redundantes com maior eficácia e fiabilidade, a criação de programas de treino para a gestão de incidentes com múltiplas ameaças: químicas, biológicas, radiológicas e nucleares.

Verificamos também que os tsunamis que assolaram as Filipinas e todo o chamado Círculo de Fogo do Pacífico, impulsionaram um avanço significativo em tecnologia direcionada ao alerta precoce, na elaboração de mapas de risco detalhados e na sensibilização de forma a permitir uma evacuação mais rápida e segura de áreas propensas a inundações. Temos como bom exemplo o sistema de alerta sísmico e de tsunamis introduzido em Portugal (ANEPC, 2021), em especial na costa Algarvia (sistema de notificação e de aviso à população, como a utilização de sirenes e a transmissão de mensagens de voz, para informar sobre medidas de autoproteção em caso de tsunami). Também nestes eventos se acentuou a importância da saúde mental dos operacionais, as necessidades de apoio psicológico nos procedimentos quer durante a emergência, quer no pós-resposta.

No contexto da presente dissertação, serão abordadas as alterações ao Sistema Nacional de Proteção Civil desde o início do século XXI (ao nível da estrutura e legislativo) com especial enfoque nos os incêndios de 2017 e na pandemia causada pela SARS-CoV-2, (COVID-19) os quais representaram desafios sem precedentes que colocaram à prova não só o sistema em si, como a legislação existente e a resiliência das comunidades. A resposta a estes eventos forçou uma introspeção legislativa e a adoção de reformas significativas, como a melhoria dos sistemas de comunicação (nomeadamente a rede SIRESP) em emergências florestais e o reforço das medidas que assegurassem a segurança não só dos profissionais de saúde e da proteção civil, como das próprias populações perante uma situação pandémica.

1. Alterações Legais

São várias as alterações legislativas ao sistema nacional de Proteção Civil desde o início do século, na sequência de uma série de eventos significativos, que destacaram a necessidade de revisão e aprimoramento nas estruturas e procedimentos de proteção civil, especialmente no patamar local, ou seja, nos SMPC.

A Lei de Bases da Proteção Civil (2006), a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, substituiu a Lei n.º 113/91 de 29 de agosto. Esta alteração legal veio dar resposta à necessidade de modernizar e reforçar o sistema de proteção civil, considerando desafios emergentes e experiências anteriores com desastres naturais e tecnológicos em Portugal, nomeadamente às fragilidades expostas pelos incêndios florestais no início dos anos 2000, assim como a ocorrência de diversas inundações que destacaram a necessidade de uma abordagem mais integrada e eficiente na gestão de riscos e catástrofes.

O Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, reestruturou a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), criando a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). Para tal, muito terão contribuído os fatídicos incêndios florestais de 2017 em Pedrógão Grande e na região centro a 15 e 16 de outubro do mesmo ano, dos quais resultaram em grande número de vítimas e danos extensos, evidenciando a necessidade de melhor cooperação e resposta a emergências.

A escolha da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC) como amostra para este estudo (Capítulo IV) está intrinsecamente ligada aos impactos severos dos incêndios florestais de 2017 na região centro do país, em especial os de outubro, que assolaram de forma devastadora os 19 municípios que integram

esta comunidade intermunicipal da região centro do país. Causando também estas perdas humanas significativas e danos patrimoniais avultados, expondo as vulnerabilidades da região e as limitações do sistema de Proteção Civil então vigente.

A CIM RC (Figuras 1 e 2), distribuída por 19 municípios de três distritos distintos (Coimbra, Aveiro e Viseu) é formada pelos municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares, Mealhada e Mortágua, abrange uma área geograficamente diversificada, com centros urbanos densamente povoados e extensas, um grande número de edificações dispersas e áreas rurais.

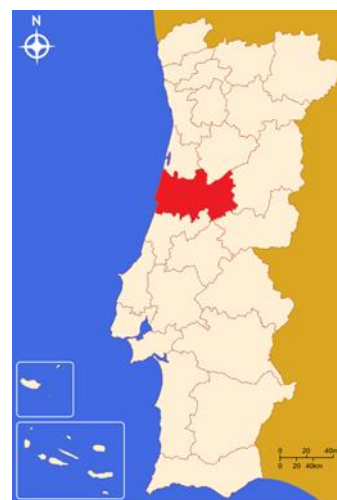


Figura 1: Mapa localização CIM RC

A CIM RC tem uma população total de cerca de 460 mil habitantes numa área de 4336 km². Coimbra é o principal polo da região, representando 31,2% da população total. Seguem-se a Figueira da Foz, Cantanhede e Montemor-o-Velho como municípios com significativa representação populacional.

Os dados dos Censos de 2021 indicam uma redução de cerca de 5% na população da CIM da Região de Coimbra na última década, totalizando 436.949 residentes, menos 23.190 pessoas do que em 2011. Esta diminuição populacional foi mais

acentuada nos concelhos de Penacova, Góis e Soure, com decréscimos percentuais mais elevados.



Figura 2: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Em 2016, a distribuição etária apresentava os seguintes números: 53.656 pessoas na faixa etária de 0-14 anos; 63.537 na faixa de 15-29 anos; 88.953 na faixa de 30-44 anos; 97.023 na faixa de 45-59 anos; 81.741 na faixa de 60-74 anos e 55.780 na faixa de 75 anos ou mais.

A região é bastante heterogénea, variando em características como densidades populacionais, estrutura etária, nível de escolaridade e perfis litoral *versus* interior e rural *versus* urbano. Alguns concelhos próximos ao polo urbano de Coimbra, como Lousã, Condeixa-a-Nova, Vila Nova de Poiares, Montemor-o-Velho e Miranda do Corvo, verificaram um aumento populacional na última década, o que está relacionado à proximidade de Coimbra e à fuga de população do centro desta cidade para estes concelhos limítrofes.

Essa diversidade traz desafios únicos para a gestão de riscos e a resposta a emergências, como os incêndios florestais.

Esta situação traumática e de grande impacto, torna a CIM RC um palco representativo para a análise das reformas legislativas e estruturais na Proteção Civil. Através do estudo desta amostra, procuramos compreender como as alterações implementadas após 2017 influenciaram a eficácia da resposta a emergências e a gestão de riscos em uma área diretamente afetada por um dos mais graves desastres naturais na história recente de Portugal.

O Decreto Regulamentar n.º 25/2008, de 4 de julho, reforçou a organização e funcionamento dos SMPC, abordando a necessidade de uma gestão de riscos mais integrada a nível municipal.

Este decreto foi fundamental para promover uma gestão de riscos mais integrada e eficiente a nível municipal, refletiu um avanço significativo na abordagem e metodologia de gestão de emergências e catástrofes, focando-se na organização interna dos SMPC, estabelecendo diretrizes claras para a sua estruturação e funcionamento. Uma das mudanças mais notáveis foi a ênfase na necessidade de uma abordagem integrada e em coordenação com as demais entidades na gestão de riscos e emergência. Os SMPC passaram a trabalhar mais estreitamente com outras entidades locais, regionais e nacionais, promovendo uma melhor coordenação e partilha de recursos em situações de emergência.

O decreto também trouxe mudanças em termos de planeamento e preparação para situações de crise. Exigiu-se que os SMPC desenvolvessem e mantivessem planos de emergência atualizados, que incluíssem protocolos detalhados para a resposta a diferentes tipos de desastres naturais e tecnológicos. Planos que tem como objetivo serem elaborados com a participação de diferentes *stakeholders*, incluindo

forças de segurança, agentes de proteção civil diretamente ligados à gestão de serviços de emergência (bombeiros, INEM, serviços de saúde, serviços de ação social, *etc.*) e a comunidade local, garantindo que todas os envolvidos se encontrassem informados e preparados para agir de forma coordenada em caso de emergência.

Outro aspeto de relevo no Decreto Regulamentar n.º 25/2008 foi a introdução de uma maior ênfase na formação e capacitação dos membros dos SMPC. O decreto estabeleceu como essencial garantir que o pessoal dos SMPC tivesse formação, treino e equipamento adequado para enfrentar as mais variadas situações de emergência.

O Decreto Regulamentar n.º 25/2008 deu início uma nova etapa no que respeita à evolução do sistema de Proteção Civil em Portugal, introduziu mudanças significativas na forma como os SMPC operam e interagem com as diferentes entidades na gestão de riscos e emergências.

Além dos incêndios e inundações, acidentes industriais e riscos tecnológicos também terão influenciado essas mudanças.

As alterações no sistema de proteção civil em Portugal foram ao longo dos tempos fortemente influenciadas por eventos significativos que expuseram vulnerabilidades e destacaram a necessidade de reformas. Essas mudanças visaram fortalecer a capacidade de resposta a emergências e a eficiência na gestão de riscos, com um foco especial no patamar local, o SMPC.

2. Alterações Estruturais

Esta dissertação procura compreender o impacto dessas reformas e como a Proteção Civil portuguesa se reconfigura diante dessas adversidades. Como e em que medida, estes eventos aproximaram a população à Proteção Civil, sobretudo ao nível local e em que medida se verificam melhorias, não só em termos legislativos, mas principalmente ao nível da comunicação, sensibilização e formação para o risco, em que medida a Proteção Civil se aproximou da população. Através de uma análise legislativa, de entrevistas dirigidas a técnicos e autarcas, de testemunhos das comunidades obtidos através de inquéritos, pretende-se uma análise crítica às estratégias de adaptação e resiliência que atualmente definem o sistema Proteção Civil em Portugal.

3. Impactos Sociais e Operacionais

As alterações legislativas no sistema de proteção civil em Portugal desde o ano 2000 tiveram impactos significativos quer ao nível social, quer ao nível operacional. Essas mudanças visaram melhorar a resposta na gestão de emergências, à eficiência na gestão de riscos e à resiliência das comunidades.

As alterações legislativas, em especial aquelas que reforçam o SMPC, aumentaram a sensibilização da população sobre riscos e medidas de segurança.

A criação da ANEPC e as revisões nos SMPC melhoraram a cooperação entre diferentes entidades, resultando em respostas mais rápidas e eficientes em situações de emergência.

As alterações legislativas criaram uma abordagem mais integrada e participativa na gestão de riscos, envolvendo diversas entidades e níveis de governo, fortalecendo o planeamento de emergência em nível municipal, com os SMPC a desenvolver e atualizar com maior regularidade os planos de emergência.

As alterações legislativas no sistema de proteção civil em Portugal resultaram em melhorias significativas tanto a nível social como operacional. Estas mudanças fortaleceram a capacidade de resposta a emergências, a resiliência das comunidades e a eficiência na gestão de riscos, refletindo um sistema de proteção civil mais robusto e integrado.

Capítulo IV

Metodologia

Este capítulo, apresenta uma descrição detalhada e retrospectiva das etapas metodológicas adotadas na pesquisa, destacando a escolha das amostras, a execução dos inquéritos e entrevistas, e a análise subsequente dos dados.

Na elaboração desta dissertação, foi adotada uma metodologia em três fases.

A primeira fase passou por levantamento legislativo focado na análise da legislação de Proteção Civil em Portugal desde o início do século, com especial ênfase no período entre 2017 e 2022. Esta análise visou identificar as principais alterações legislativas e avaliar os impactos sociais e operacionais decorrentes destas mudanças.

No sentido de compreender a evolução do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), foram analisadas as alterações legislativas, observando como influenciaram a análise, prevenção de riscos e gestão de emergência, bem como a comunicação quer na prevenção e alerta, quer na gestão de emergência junto da população.

- **Inquéritos**

Numa segunda fase, foi desenhado um inquérito direcionado à população em geral com o objetivo de avaliar a sua perceção destas mudanças e da eficácia da sua implementação ao nível dos municípios.

- ***Design dos Inquéritos***

- **Objetivo:**

Os inquéritos foram elaborados para avaliar a perceção da população sobre a eficácia, comunicação e proximidade da Proteção Civil em Portugal. Eles focam em eventos significativos, como os incêndios florestais de 2017 e a pandemia de COVID-19.

O questionário foi desenvolvido após uma revisão de literatura e consultas com na área de gestão de emergências. O inquérito foi cuidadosamente elaborado levando em consideração as práticas padrão na criação de questionários para garantir que as perguntas fossem claras, objetivas, relevantes e abrangentes, permitindo uma análise quantitativa robusta.

O questionário empregue no estudo foi pré-testado antes de ser utilizado como instrumento de avaliação. Assim, para materializar a pré-testagem, foi elaborado o questionário em formato online, usando a ferramenta online *Google Forms* e dado a preencher a 10 indivíduos aleatórios.

Até a obtenção final do formato do questionário foram efetuadas algumas alterações decorrentes do pré-teste.

Assim, de acordo com a revisão da literatura, os objetivos da investigação e as correções ao questionário inicial, obteve-se o questionário final (Anexo I).

O inquérito "A opinião da população e a sua proximidade à Proteção Civil" é constituído por 26 questões divididas por seis grupos. Os primeiros grupos têm por objetivo recolher informações demográficas e geográficas, questionando sobre género, idade e concelho de residência. Os grupos seguintes focam-se em experiências e perceções relacionadas aos incêndios de 2017 e à pandemia de COVID-19, avaliando o desempenho da Proteção Civil e a eficácia da comunicação e apoio fornecidos. O último grupo de questões aborda a frequência de atividades de formação e sensibilização, analisa a preparação para emergências e a proximidade percebida entre a população e o Serviço Municipal de Proteção Civil.

- **Estrutura dos Inquéritos**

Os inquéritos foram desenvolvidos com 6 grupos de questões, variando entre questões fechadas, de escolha múltipla e algumas abertas para permitir respostas específicas. As perguntas foram categorizadas para abordar diferentes aspetos: experiências pessoais com desastres naturais, avaliação da comunicação da Proteção Civil, conhecimento e perceção sobre medidas preventivas, e *feedback* sobre a resposta a emergências.

- **Aplicação do Inquérito**

- Seleção da Amostra:

A amostra foi selecionada para representar uma variedade de idades, géneros e localizações geográficas dentro de Portugal, com especial foco na região centro.

Critérios de inclusão foram estabelecidos para garantir uma amostra diversificada e representativa.

- Distribuição e Recolha de Dados:

O inquérito foi distribuído *online*, por meio de plataformas de redes sociais, e-mails. A recolha de dados ocorreu on-line, recorrendo ao *Google Forms* durante 30 dias, com monitoramento constante da taxa de resposta.

- Consentimento e Proteção de Dados:

Antes da participação, todos os questionados foram informados sobre o propósito do estudo e assegurados quanto à confidencialidade e ao uso ético de seus dados. O registro informado foi obtido de todos os participantes.

Análise dos Dados

- Análise Estatística:

A análise estatística descritiva foi processada automaticamente através do *Google Forms*.

- Análise de Respostas Abertas:

As respostas abertas foram analisadas através de métodos qualitativos, como a análise temática, para identificar padrões e temas comuns nas respostas dos participantes.

- Critérios de inclusão/exclusão aplicados:

Tendo em vista que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra foi a região foco de análise para este estudo devido à forma como vivenciou diretamente impactos resultantes dos incêndios florestais de 2017 (com particular destaque para

os de 15 de outubro, análise dos resultados obtidos resultou na separação da amostra em dois grupos: os respondentes globais e os pertencentes à CIM RC.

Os resultados foram sujeitos a uma análise estatística simples com incidência nos 175 inquéritos recolhidos.

- **Entrevistas**

Além dos inquéritos descritos e dirigidos à população geral, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicos superiores dos SMPC (em particular dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF)) e autarcas locais pertencentes à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC). O modelo de entrevista pode ser encontrado no **Anexo II**. As entrevistas foram realizadas presencialmente (com recurso a gravação) ou com respostas escritas, nas não presenciais, permitindo uma interação mais profunda e a obtenção de *insights* qualitativos sobre as experiências e perceções dos profissionais envolvidos diretamente com a Proteção Civil.

A análise dos dados recolhidos nas entrevistas foi realizada com o objetivo de identificar tendências, desafios e oportunidades resultantes das alterações legislativas. A abordagem de triangulação foi utilizada para comparar e contrastar as alterações legislativas com os resultados obtidos nos inquéritos e entrevistas, proporcionando uma visão holística e aprofundada dos impactos das políticas de Proteção Civil.

Capítulo V

Análise e Discussão dos Resultados

1. Avaliação do impacto da implementação da legislação

A avaliação do impacto da implementação das alterações legislativas no sistema de proteção civil em Portugal pode ser abordada sob várias perspetivas, incluindo a eficácia operacional, a resiliência comunitária, e a cooperação entre as várias entidades de proteção civil.

- **Avaliação do Impacto Operacional**

- i. **Eficiência na Resposta a Emergências**

A eficiência na resposta a emergências, após as alterações legislativas que incluem a reestruturação da Autoridade Nacional de Proteção Civil¹ (ANPC) para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), pode ser analisada através de diversos indicadores e relatórios. O Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, por exemplo, estabeleceu novas diretrizes e atribuições para a ANEPC, com foco no planeamento, coordenação e execução das políticas de emergência e de proteção civil.

Estas mudanças incluíram o levantamento, previsão, análise e avaliação de riscos coletivos, quer de origem natural quer tecnológica, a elaboração de diretivas operacionais no âmbito do planeamento da resposta a situações de emergência, e o desenvolvimento de operações de proteção e socorro

¹ <https://prociv.gov.pt/pt/home/>

através da Força Especial de Proteção Civil (ANEPC, 2023a). A ANEPC passou a ter um papel mais ativo na coordenação de todos os agentes de proteção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou responsabilidades de proteção e socorro.

As evidências de uma cooperação mais eficaz e tempos de resposta mais rápidos podem ser encontradas em relatórios da própria ANEPC e de outras entidades ligadas à proteção civil e gestão de emergências. Estas fontes podem incluir dados sobre tempos de resposta a emergências, eficácia na coordenação entre diferentes entidades envolvidas na resposta a desastres, e a eficácia geral das operações de socorro em situações de crise.

De acordo com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), existem diversas medidas e programas em vigor que visam melhorar a eficiência e eficácia da resposta a emergências no país. Essas medidas incluem a formação de técnicos e bombeiros, regulamentos técnicos, medidas de autoproteção, e uma ampla gama de atividades de prevenção e preparação (Lima, 2022).

Especificamente no combate aos incêndios, os dados de 2023, conforme divulgados pelo Governo de Portugal “(...) *O balanço do combate aos incêndios, em 2023, mostra que este é um dos melhores anos de sempre, sem vítimas fatais, com menor número de incêndios e uma quebra muito significativa da área ardida. (...)*” (Portugal GOV, 2023), mostram um ano com resultados notavelmente positivos. Observou-se uma redução de

58,00% no número de incêndios em comparação com a média do período 2010-2019 e uma diminuição de 75,00% na área ardida em comparação com a mesma média. Estes resultados são atribuídos a um aumento no investimento em prevenção, com 61,00% dos recursos alocados para esta área, em comparação com 39,00% para o combate aos incêndios. Além disso, houve um reforço no dispositivo de combate aos incêndios, incluindo um aumento nos meios aéreos disponíveis (SGIFR, 2022).

ii. **Capacitação e Formação**

A capacitação e formação no âmbito da Proteção Civil em Portugal, especialmente após a transição da ANPC para a ANEPC, têm-se importantes nas alterações legislativas recentes. Estas alterações refletem um esforço para melhorar as competências e a preparação dos agentes de proteção civil, resultando em uma abordagem mais eficiente e eficaz na gestão de emergências.

De acordo com a legislação e as políticas implementadas, houve um aumento significativo na oferta e na qualidade da formação disponível para os profissionais de proteção civil. Isto é evidenciado, por exemplo, através dos programas de formação da Escola Nacional de Bombeiros² (ENB), que disponibiliza formação específica para os colaboradores dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e outros agentes de Proteção Civil. Estas formações abrangem áreas distintas como Direito e Proteção Civil,

² <https://www.enb.pt/procivil/>

Tecnologias e Proteção Civil, Riscos e Vulnerabilidades, Ordenamento e Planeamento, e Gestão da Emergência.

A ANEPC, através da sua documentação técnica e programas de formação, tem fortalecido o conhecimento e as competências dos agentes de proteção civil. A ANEPC define os requisitos para diversas ações de formação, garantindo que os profissionais estejam devidamente capacitados para lidar com situações de emergência, bem como para a prevenção, planeamento e preparação.

Essas iniciativas de formação e capacitação são fundamentais para garantir uma resposta mais eficaz e eficiente em situações de emergência. A melhoria nas competências e na preparação dos agentes de proteção civil é um resultado direto da implementação de políticas e práticas de formação mais rigorosas e abrangentes, conforme estabelecido pelas alterações legislativas.

iii. Resiliência Comunitária

As leis incentivaram uma maior participação comunitária na gestão de riscos em Portugal, contribuindo para o aumento da resiliência das comunidades locais, apoiadas por diversas iniciativas e reformas legislativas. A Agência Portuguesa do Ambiente³ (APA) reconhece as potencialidades da participação pública nos processos de tomada de decisão, destacando a contribuição da população local na criação de novas soluções para a

³ <https://apambiente.pt/>

resolução de problemas e alertando para outros que possam existir, auxiliando os técnicos que elaboram os projetos ou os estudos.

Além disso, estudos como os apresentados em "*A gestão integrada do risco de inundação em Portugal e no Brasil*" (Costa & Pimentel, 2017) evidenciam o papel vital das comunidades locais no processo de gestão de risco, evidenciando a importância do planeamento participativo e da inclusão das comunidades locais em modelos de gestão do risco.

Essa abordagem é também apoiada pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres da ONU, que através do Marco de Ação de Hyogo 2005-2015 (UNISDR, 2013), enfatiza o aumento da resiliência das nações e comunidades frente aos desastres, promovendo a participação e o envolvimento.

Estas políticas e estratégias demonstram um compromisso claro com a promoção da resiliência comunitária, valorizando o conhecimento e a participação local na prevenção e gestão de riscos e desastres, o que é crucial para a eficácia das políticas de proteção civil em Portugal.

iv. Sensibilização e Educação Pública

A implementação de programas de sensibilização e educação em proteção civil em Portugal tem sido reforçada com uma melhoria contínua nas políticas de gestão de riscos e emergências. Estes programas são essenciais para aumentar a consciência pública sobre os riscos e medidas de segurança.

Um exemplo é o projeto "*Educação para o Risco*"⁴ da Câmara Municipal do Porto, que abrange áreas de segurança e saúde, promovendo uma cultura de educação para o risco entre crianças em idade pré-escolar e do 1º ciclo. Este projeto ilustra o compromisso das autoridades locais em fomentar a compreensão dos riscos e a adoção de comportamentos seguros desde uma idade jovem.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) tem desenvolvido programas e projetos que incluem ações de sensibilização e educação. Por exemplo, o "*Clube de Proteção Civil*", (ANEPC, 2017) integrado nos Cadernos Técnicos PROCIV, é uma iniciativa que visa promover a consciência e preparação para riscos entre os jovens.

Temos ainda como exemplo, o concurso "*Mascote Oficial da Proteção Civil de Portimão*"⁵ da Câmara Municipal de Portimão, que visa fomentar o interesse dos mais jovens pela proteção civil, promovendo a prevenção e segurança contra riscos, e incentivando comportamentos seguros. Este concurso faz parte do Programa Municipal de Sensibilização "*A Escola e os Riscos... Preparar para Proteger!*", demonstrando a importância dada à sensibilização e educação das camadas mais jovens.

Estes são alguns exemplos que demonstram bem como os programas de sensibilização e educação em proteção civil têm sido reforçados em Portugal, contribuindo significativamente para o aumento da resiliência das comunidades locais e o fortalecimento da consciência pública sobre riscos e medidas de segurança.

⁴ <https://www.cm-porto.pt/programas-e-projetos/educacao-para-o-risco>

⁵ <https://www.cm-portimao.pt/menus/servicos/protecao-civil>

v. Integração e Coordenação

As reformas legislativas em Portugal trouxeram melhorias significativas na integração e cooperação entre as diferentes entidades de proteção civil, desde quer ao nível nacional quer ao municipal. Estas mudanças são bastante evidentes com a criação e implementação de estruturas, metodologias e procedimentos que facilitam a comunicação e coordenação entre as diversas entidades envolvidas na gestão de emergências e proteção civil.

Um aspeto central dessas reformas é o próprio Sistema Nacional de Proteção Civil, constituído por um extenso conjunto de entidades, incluindo órgãos governamentais tanto ao nível nacional, como regional, distrital e municipal, agentes de proteção civil e entidades públicas e privadas com especial dever de cooperação. Este sistema colaborativo de coordenação e comando, garante que todas as entidades atuem de forma coordenada e integrada em situações de emergência, garantindo uma gestão eficaz e eficiente de recursos e informações disponíveis.

A ANEPC desempenha um papel vital neste sistema, coordenando as políticas de emergência e proteção civil a nível nacional e assegurando a articulação entre os diferentes agentes de proteção civil e entidades com responsabilidade e dever de cooperação nesta área. Este órgão garante a coordenação das necessidades nacionais de planeamento civil de emergência e executa a política de cooperação internacional do Estado Português.

O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro⁶ (SIOPS) (Assembleia da República, 2022) é outro instrumento-chave, assegura que todos os agentes de proteção civil atuem articuladamente sob um comando único em situações de emergência. Incluindo a difusão de comunicados e avisos às populações e demais entidades, a avaliação da situação e a proposta de medidas de auxílio a outros países e organizações internacionais.

Estas reformas evidenciam o compromisso de Portugal em melhorar a integração e coordenação no sistema de proteção civil, visando uma resposta mais eficaz e eficiente em situações de emergência e catástrofes.

vi. Planeamento e Preparação

As reformas legislativas em Portugal trouxeram avanços significativos no planeamento e preparação para emergências, especialmente nos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC).

O "Manual de Apoio à Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil" (ANEPC, 2022) da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) é um exemplo de como estas reformas têm sido implementadas. Este manual fornece normas e orientações detalhadas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência, sistematizando os procedimentos de planeamento e contribuindo para a normalização da estrutura e conteúdos dos planos.

⁶ <https://prociv.gov.pt/pt/sistema-de-protecao-civil/sistema-integrado-de-operacoes-de-protecao-e-socorro/>

A Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, com alterações subsequentes) e a Lei que Define o Enquadramento Institucional e Operacional da Proteção Civil no Âmbito Municipal (Lei n.º 65/2007), estabelece claramente a necessidade de planeamento eficiente e eficaz ao nível municipal.

A implementação destas alterações legislativas resultou numa melhoria significativa na eficiência operacionalidade dos SMPC, aumentando a resiliência comunitária e melhorando a cooperação entre as diferentes entidades de proteção civil.

2. Resultados dos Inquéritos à População

Após a aplicação dos questionários, cujo período de resposta foi definido em função do número de respostas obtido, conseguimos reunir um total de 175 respostas. A avaliação dos resultados encontra-se sumariada nos Gráficos de 1 a 17. Cada gráfico oferece *insights* sobre as tendências e padrões emergentes, refletindo as perspetivas e experiências dos inquiridos em relação aos temas abordados. A análise detalhada destes gráficos permite-nos compreender melhor a dinâmica e as mudanças ocorridas no âmbito da Proteção Civil a nível local.

- Limitações da Análise - Viés de Autosseleção:

A participação voluntária nos inquéritos pode resultar numa amostra que não representa adequadamente a população geral, pois as pessoas que optam por responder podem ter características ou opiniões diferentes daquelas que não participam. Este fator é particularmente relevante em pesquisas online, onde a

motivação para participar pode ser influenciada pelo interesse pessoal no tema, acesso à internet ou pela disposição para dedicar tempo ao inquérito.

Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

Género e Idade: Os inquiridos são maioritariamente do género masculino (58,30%), os restantes do género feminino (Gráfico 1).

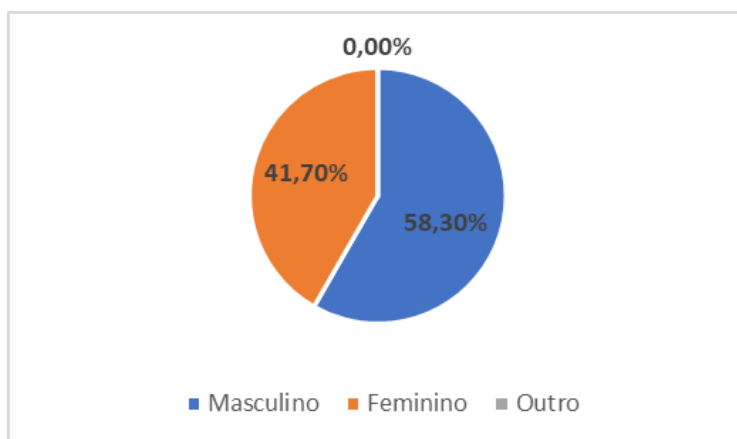


Gráfico 1: Distribuição das respostas obtidas por género (n=175).

O maior grupo de inquiridos encontra-se na faixa etária de 31 a 45 anos (42,90%), o que pode indicar uma maior preocupação ou consciência sobre questões de proteção civil nesta faixa etária (Gráfico 2). Esta distribuição pode também refletir um viés associado ao formato utilizado para a recolha de dados, sendo as populações mais idosas mais infoexcluídas ou com menor literacia digital, além de terem menor presença nas redes sociais onde foram divulgados os inquéritos.

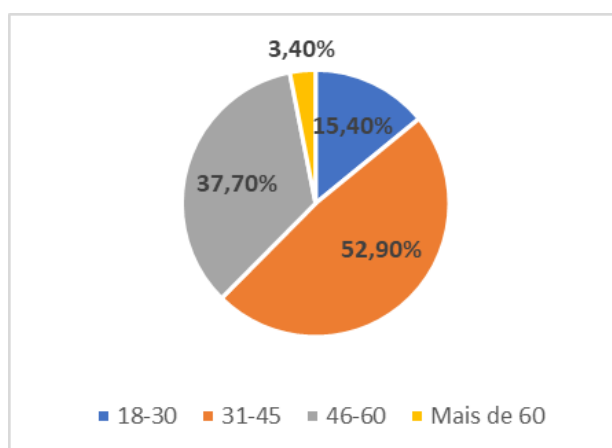


Gráfico 2: Distribuição das respostas aos inquéritos por escalão etário (n=175).

Localização: As respostas obtidas (Gráfico 3) são maioritariamente (64,00%) de indivíduos que residem fora do território da Comunidade Intermunicipal de Coimbra (CIM RC). Dos 36% de residentes no território abrangido pela Comunidade Intermunicipal de Coimbra que responderam ao inquérito, significativa maioria reside em Tábua (60,90%) (Gráfico 4), o que pode influenciar as perceções sobre os serviços de Proteção Civil, sendo estas visões potencialmente centradas nas experiências desta região específica.



Gráfico 3: Indica a proporção de respondentes que residem na Comunidade Intermunicipal de Coimbra (n=175).

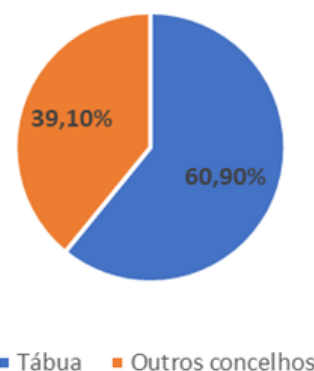


Gráfico 4: Demonstra a distribuição geográfica dos inquiridos por concelho de residência (n=175).

Experiência com Incêndios de 2017

- **Impacto Direto:** Apenas 15,40% dos inquiridos declarar ter sofrido danos diretos nos incêndios de 2017 (Gráfico 5). Esta experiência limitada pode influenciar a perceção geral sobre a eficácia da resposta da Proteção Civil.

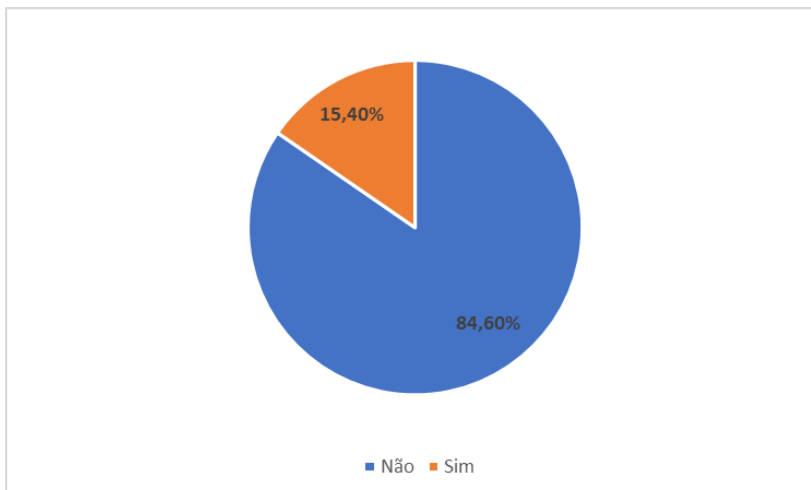


Gráfico 5: Ilustra a percentagem de participantes que sofreram danos nos incêndios de 2017 (n=175).

Avaliação quanto à Resposta do SMPC aos Incêndios de 2017

- **Apoio Prestado:** Enquanto 51,50% classificam o apoio como "Muito Bom" ou "Bom", uma parcela considerável (30,90%) desconhece o apoio prestado (Gráfico 6). Isso sugere uma possível falha na comunicação ou visibilidade das ações do SMPC.

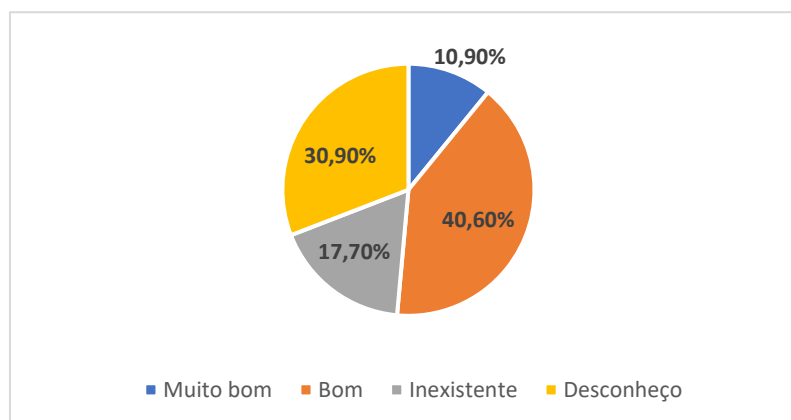


Gráfico 6: Avalia a percepção dos inquiridos sobre o apoio do SMPC após os incêndios de 2017 (n=175).

Comunicação Pré e Pós-Incêndios

- **Comunicação:** Mais de um terço dos inquiridos (33,70%) avalia a comunicação do SMPC como "Boa", mas um número similar (32,60%) desconhece a qualidade dessa comunicação (Gráfico 7), apontando para a necessidade de estratégias comunicativas mais efetivas.

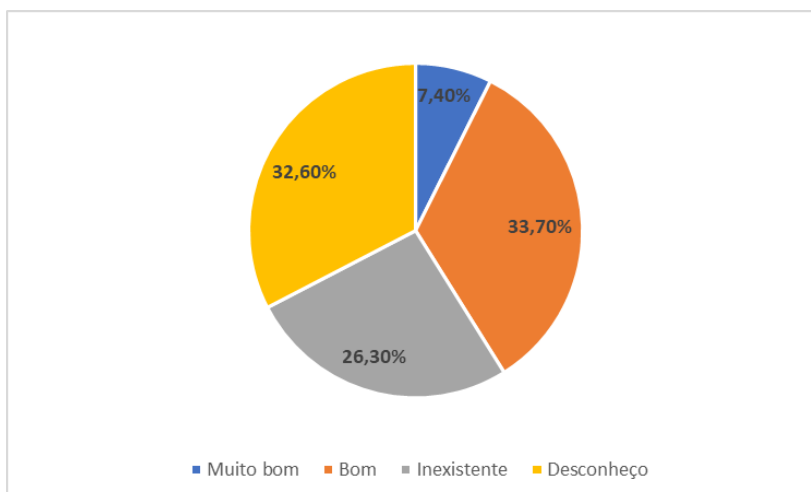


Gráfico 7: Apresenta a avaliação dos inquiridos sobre a comunicação do SMPC durante os incêndios de 2017 (n=175).

- **Pós-Incêndios:** 51,50% (Gráfico 8) acreditam que a comunicação entre a Proteção Civil e a população melhorou após os incêndios de 2017, indicando um progresso positivo na relação e interação com a população.

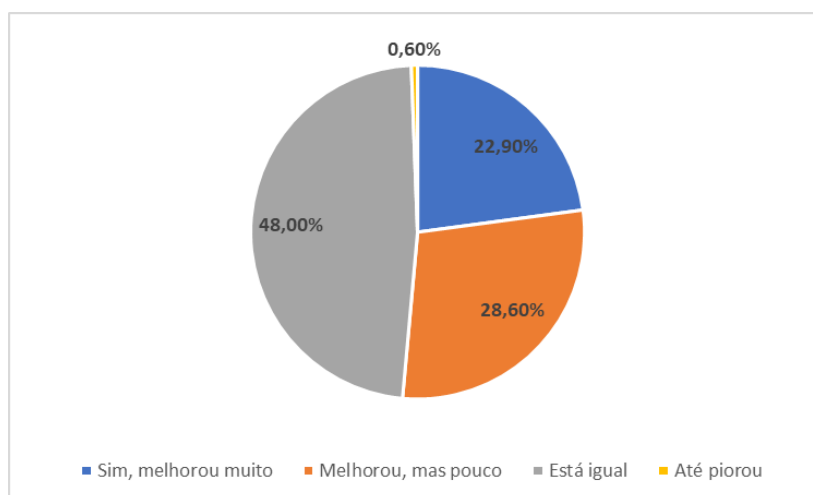


Gráfico 8: Mostra a percepção sobre a melhoria da comunicação entre a Proteção Civil e a população após 2017 (n=175).

Preparação para Incêndios

- **Contributo da Informação Recebida:** 29,70% dos inquiridos sentem que as informações recebidas os ajudaram na preparação para incêndios. No entanto, uma proporção significativa dos respondentes (38,30%) não notou diferença

(Gráfico 9), destacando uma área de melhoria na eficácia da comunicação e educação sobre riscos.

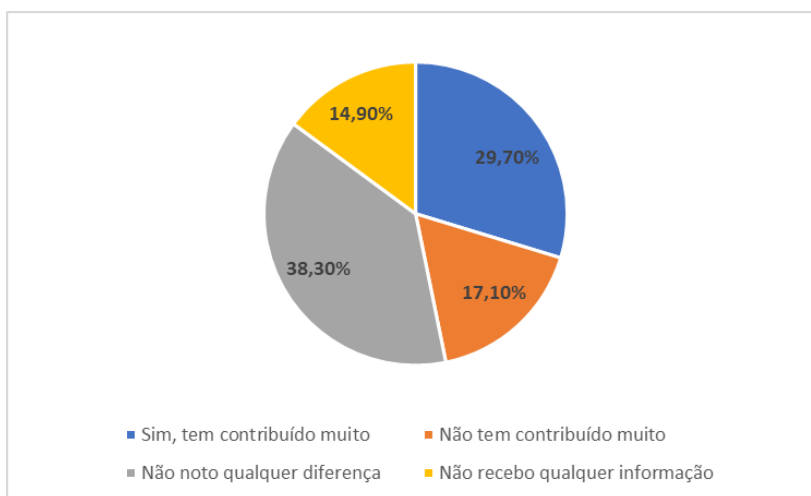


Gráfico 9: - Indica se a informação do SMPC ajudou os inquiridos a estarem mais preparados para incêndios (n=175).

Prevenção Contra Incêndios Florestais

- **Medidas Preventivas:** Apenas 6,30% dos inquiridos consideram as medidas de prevenção contra incêndios florestais como "bastante adequadas", enquanto 38,30% as veem como "pouco adequadas" (Gráfico 10), revelando uma perceção crítica sobre a eficácia das estratégias de prevenção.

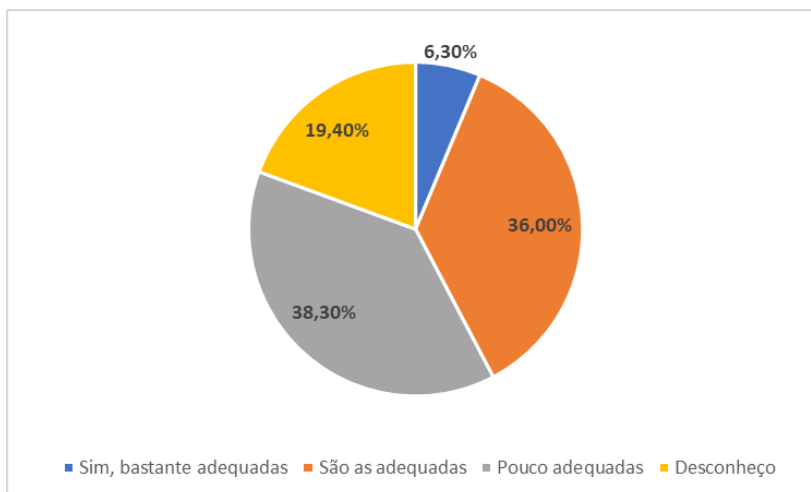


Gráfico 10: Reflete as opiniões sobre a adequação das medidas de prevenção de incêndios florestais (n=175).

Resposta à Pandemia de COVID-19

- **Avaliação do Papel do SMPC:** A resposta do SMPC à pandemia recebeu avaliações mistas, com 55,40% considerando-a entre "Muito boa" a "Boa", mas 11,40% classificando-a como "Mau" (Gráfico 11). Estes resultados sugerem uma experiência variada entre os inquiridos.

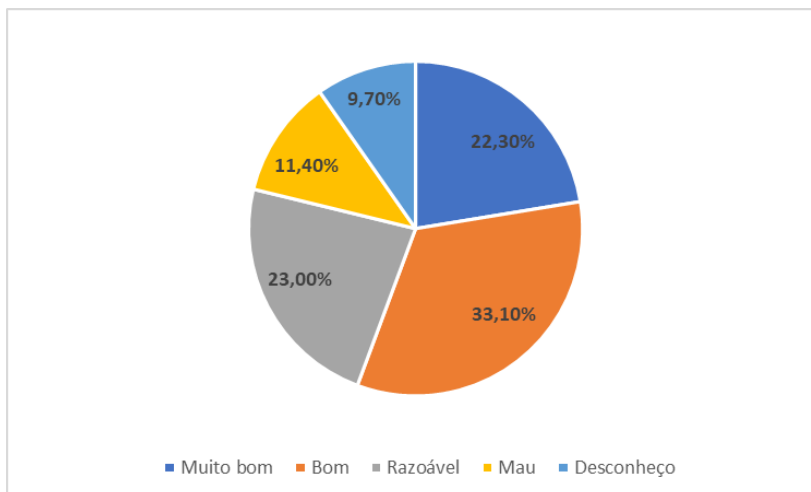


Gráfico 11: Análise a percepção do papel do SMPC durante o início da pandemia de COVID-19 (n=175).

Proximidade do SMPC com a População

- **Proximidade:** 36,60% sentiram que uma maior aproximação do SMPC à população durante e após a pandemia, deixando antever que a pandemia terá tido um efeito positivo no que concerne à relação entre a população e os Serviços de Proteção Civil. Por outro lado, os 56,60% (Gráfico 12) que afirmam não notar qualquer diferença aliados aos 6,90% que não têm opinião ou não sabem responder, dão-nos a indicação de que existe ainda um longo caminho a percorrer.

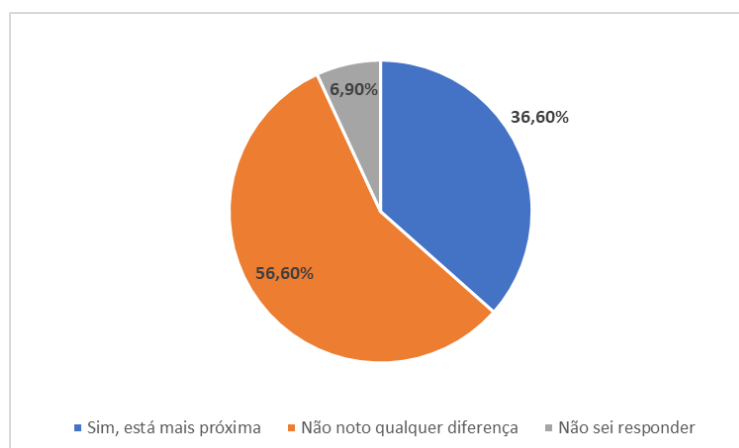


Gráfico 12: Avaliação a percepção de proximidade entre o SMPC e a população durante e após a pandemia (n=175).

Preferências de Comunicação

- **Meios de Comunicação:** A preferência dominante por "Mensagem de texto (SMS)" (79,40%) (Gráfico 13) sugere a necessidade de os SMPC adotarem este canal como uma forma primária de comunicação em emergências.

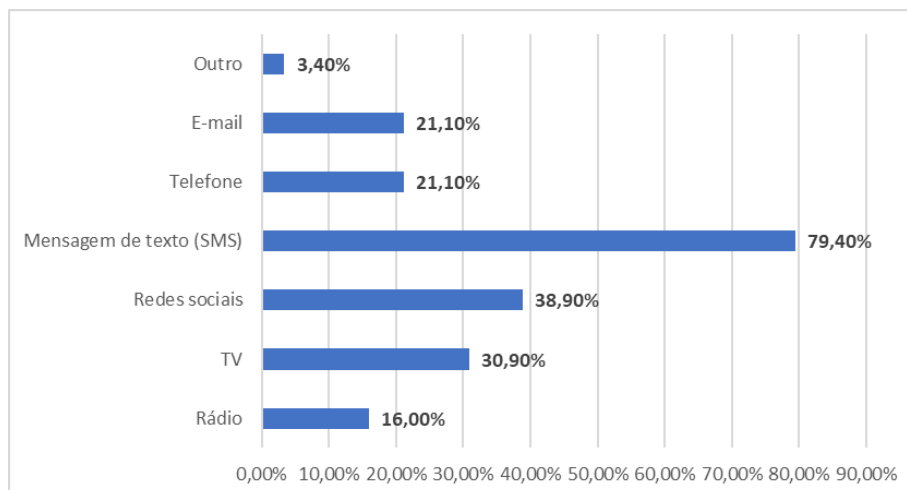


Gráfico 13: - Mostra as preferências dos inquiridos quanto aos meios de comunicação para receber informações em emergências (n=175).

Formação e Sensibilização

- **Frequência e Conhecimento de Ações de Formação:** Uma baixa frequência de sessões de esclarecimento (9,70% indicam que ocorrem regularmente) e o desconhecimento sobre ações de formação (66,90% dos inquiridos não têm conhecimento de ações de formação para o risco) apontam para uma lacuna significativa na educação e envolvimento da população (Gráfico 14).

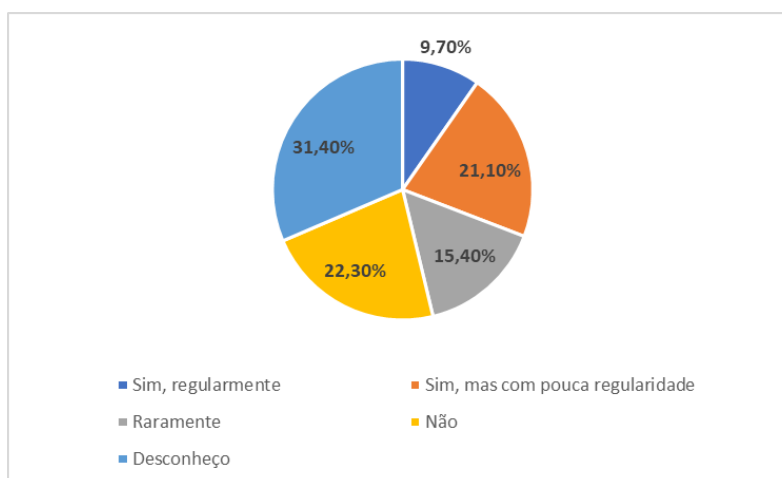


Gráfico 14: Indica a frequência com que o SMPC realiza sessões de esclarecimento para a população (n=175).

- **Planos Municipais de Emergência:** Quase metade dos inquiridos (49,70%) desconhece o seu Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (Gráfico 15), evidenciando uma área crítica de melhoria quer na sensibilização, quer na educação para o risco da população.

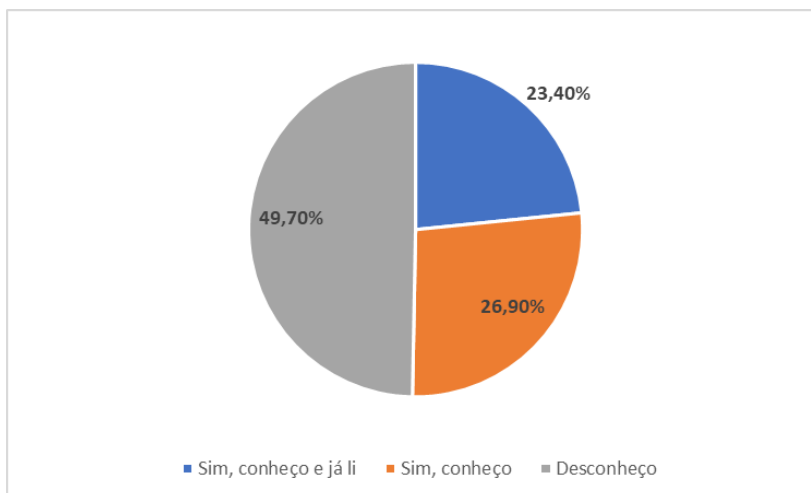


Gráfico 15: Mostra o nível de conhecimento dos inquiridos sobre o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do seu município (n=175).

Preparação Atual do SMPC

- **Preparação do SMPC:** As opiniões dividem-se quanto à preparação atual do SMPC, 41,70% acredita que está mais preparado, mas um número significativo ainda apresenta uma opinião negativa (Gráfico 16).

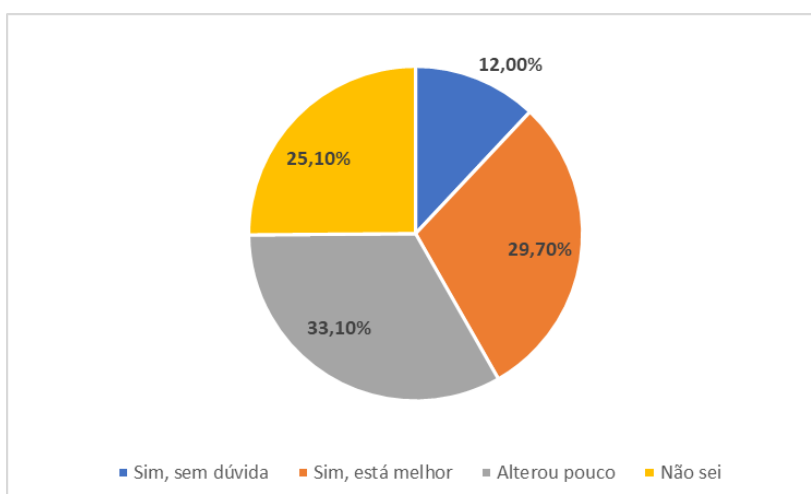


Gráfico 16: Avalia a perceção sobre a preparação do SMPC para responder a emergências após os incêndios de 2017 e a pandemia (n=175).

- **Maior Proximidade:** 46,80% (Gráfico 17) dos respondentes acredita existir uma maior proximidade entre a população e o Serviço de Proteção Civil após os incêndios de 2017.

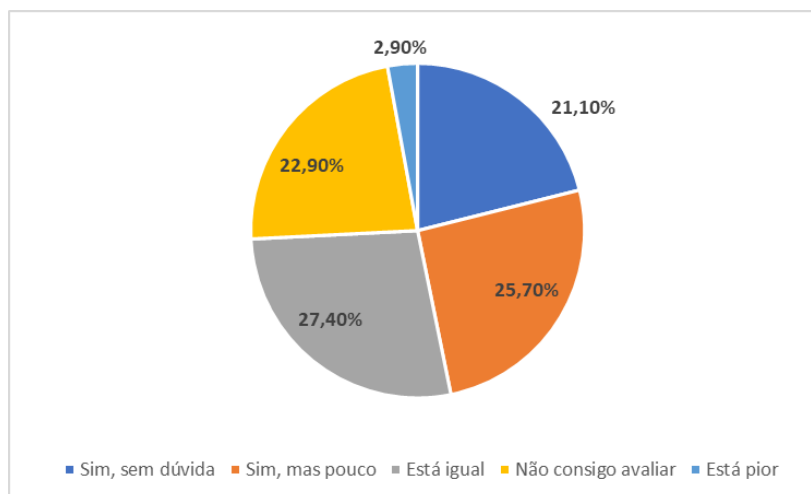


Gráfico 17: Examina a percepção sobre a proximidade entre a população e o SMPC em comparação com o ano de 2017 (n=175).

Quanto ao último pondo do inquérito “**Algum comentário e/ou observação às questões colocadas?**” Obtivemos os comentários descritos integralmente abaixo:

- *Importante ainda uma melhor coordenação entre todas os agentes de proteção civil.*
- *A proximidade e comunicação do SMPC é inexistente.*
- *Note-se uma distância muito grande entre as exigências e a competência do SMPC.*
- *As políticas e recursos de cada município não permitem implementar mais projetos e dinâmicas com a população. A classe política não tem formação em proteção civil. Os trabalhadores dos SMPC encontram-se "entupidos" em burocracia e procedimentos internos que não lhes permite implementar trabalhos na sua área de intervenção. Muitas das vezes existem falta de conhecimento interno (nas vários serviços existentes e classe política) nas autarquias sobre o que são as competências dos SMPC e não existe espírito de cooperação.*
- *Deve existir mais ações de sensibilização e esclarecimentos nas populações mais idosas como procederem caso de acidentes outra.*

- *Mais ativos quando são solicitados pois nas catástrofes climáticas pouco fazem pouco reagem! PC não é só incêndios e pandemias.*

A análise dos inquéritos revela uma perceção mista sobre a eficácia da comunicação da Proteção Civil em Portugal, destacando com melhorias durante a pandemia COVID-19, como também podemos aferir com as declarações da Secretária e Estado da Administração Interna, Dr.^a Patrícia Gaspar na cerimónia de dedicada à importância da Proteção Civil proferidas em Loulé (página 2).

No entanto, os inquéritos também destacam desafios na sensibilização e educação para o risco. Este aspeto é evidenciado pela Quinzena da Proteção Civil, promovida pela Direção-Geral da Educação, que visa fomentar a cidadania ativa em matéria de educação para o risco⁷.

Além disso, a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (Presidência do Conselho de Ministros, 2021), que inclui mais de 130 medidas a serem implementadas até 2030, destaca o compromisso de Portugal com a melhoria da resiliência e a atenuação de vulnerabilidades. Em Lisboa, por exemplo, a Proteção Civil Municipal tem desenvolvido programas para estimular a participação da população em ações de prevenção, apoio e resposta à emergência, conforme destacado pela Câmara Municipal de Lisboa. Programas como 'Crescer na Segurança'⁸ demonstram um foco na formação de cidadãos informados e responsáveis, abordando temas como sismos, segurança na rua, em espaços públicos e em casa, e prevenção contra incêndios.

⁷ <https://www.dge.mec.pt/noticias/quinzena-da-protecao-civil-20-de-novembro-8-de-dezembro-de-2023>

⁸ <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/30-anos-do-programa-crescer-na-seguranca>

Embora sejam visíveis progressos em algumas áreas, como na comunicação e resposta, na gestão de e pós emergências, ainda há um longo caminho a percorrer em termos de sensibilização e educação para o risco. A necessidade de uma estratégia de comunicação mais ativa, o envolvimento da população e uma maior transparência nas ações do SMPC continuam a ser aspetos essenciais para fortalecer a relação entre a Proteção Civil e a população em Portugal.

3. Resultados e análise das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas através de dois métodos: presenciais e por escrito (autarcas e técnicos dos gabinetes florestais).

Realizaram-se onze entrevistas:

- Oito entrevistas a autarcas locais repartidas por seis presenciais e duas cuja resposta foi enviada por escrito;
- Três entrevistas a técnicos de Gabinete Técnico Florestal (GTF), todas respondias por escrito.

As entrevistas foram realizadas em diferentes localidades do distrito de Coimbra.

Os autarcas, quer em entrevistas presenciais, quer por escrito, destacaram mudanças importantes na proteção civil, em especial na resposta aos eventos de 2017 e 2020.

Avaliação das entrevistas:

Os resultados na forma de transcrição das respostas obtidas podem ser vistos nas Tabelas de 1 a 5.

1. Em sua opinião, que alterações sofreu o Sistema Nacional de Proteção Civil desde o início do século, especialmente dos agentes locais como o SMPC?

Existe uma perceção de mudanças significativas na proteção civil, ainda que em aproximadamente 12,50% dos casos (4 referências a "legislação" num total de 31 referências a "proteção civil") sejam impulsionadas por legislação, fruto de eventos marcantes. Esta perceção sinaliza uma evolução constante no setor, com adaptações em resposta a eventos de magnitude e impacto significativos.

2. Como avalia a atuação e proximidade do SMPC na relação com a população local, tendo em conta as competências definidas pela Lei 65/2007 e pelo Decreto-Lei 44/2019?

Cerca de 12,50% dos entrevistados (2 referências de "positiva" num total de 16 referências ao SMPC e seus aspetos) avaliaram positivamente a atuação do SMPC, destacando um maior envolvimento com a comunidade e uma resposta mais eficaz a emergências.

3. Quais são os principais desafios enfrentados pelo SMPC na prevenção, gestão de emergência, socorro e sensibilização/formação para o risco dentro das suas áreas de atuação, tanto em termos geográficos quanto funcionais?

Os desafios identificados variam de entrevistado para entrevistado, desde a necessidade de uma maior e melhor gestão de recursos naturais, como florestas, à necessidade de uma maior e mais eficiente colaboração e comunicação entre diferentes entidades envolvidas no processo.

4. Os incêndios de 2017 e a pandemia de 2020 tiveram impactos diretos sobre os SMPC, e quais foram as principais alterações em termos legais, operacionais, logísticos e políticos?

- a) E junto da população (em geral)?

Os eventos de 2017 e 2020 são vistos como momentos de mudanças significativas. Eles trouxeram uma nova consciência sobre a prevenção, a gestão quer durante as emergências, quer no pós-emergência.

5. A sua autarquia assumiu as competências atribuídas e definida pelo Decreto-Lei 44/2019? Quais foram as ruturas ao nível do SMPC?

Há um reconhecimento de que as autarquias assumem novas competências, embora o grau de conhecimento e detalhe se apresentem relativamente baixos. Verifique-se uma perceção de uma tendência de descentralização e maior responsabilização ao nível local no que respeita à gestão de emergência.

6. Existe no seu município uma aproximação do SMPC à população local incentivando a participação do cidadão nas ações de prevenção e gestão de emergência, nenhum fundo promovendo também o voluntário?

A promoção do voluntariado e da participação da comunidade são identificadas como áreas com evolução positiva, mas ainda com uma grande margem de progressão. Isso reflete a importância de uma maior interação e proximidade da comunidade à proteção civil e desta à comunidade.

7. Qual tem sido o envolvimento do SMPC com as entidades locais e regionais no âmbito da proteção civil?

O envolvimento entre o SMPC e as autoridades locais é realizado de forma eficaz, com diversos exemplos de colaboração. A melhoria neste aspeto é vista como uma mais-valia, até como sendo de grande importância para uma resposta mais coordenada e eficiente à gestão de emergências.

8. Quais são as principais iniciativas do SMPC com vista a melhorar a sua capacidade de resposta em situações de emergência?

- a) Estas iniciativas são anteriores ou posteriores aos grandes incêndios de 2017 e/ou ao período da pandemia?

Os entrevistados identificaram um conjunto de iniciativas junto à população levadas a cabo pelo SMPC:

- Sensibilização da comunidade sobre prevenção de incêndios e preparação para emergências;
- Implementação de sistemas de alerta e comunicação eficaz com a população;
- Promoção do envolvimento comunitário em atividades de prevenção e resposta a emergências;
- Adaptação e melhoria contínua dos serviços do SMPC, em resposta às aprendizagens obtidas de eventos marcantes como incêndios e a pandemia.

Estas iniciativas são vistas como fundamentais, principalmente no que diz respeito à sensibilização e prevenção, sendo estas identificadas como posteriores quer aos incêndios, quer à pandemia.

9. Em sua opinião, quais são as principais medidas que as autarquias locais deveriam ou poderiam implementar para garantir a segurança da população em situações de emergência?

a) Bem como melhorar a educação para o risco?

- As respostas indicam uma grande variedade de medidas a adotar das quais se destacam:
- Melhorias na sensibilização e educação da comunidade, com um foco especial em aumentar a consciência sobre prevenção e preparação para emergências;

- Melhoria dos sistemas de alerta e comunicação à população, garantindo que as informações essenciais sejam transmitidas eficazmente;
- Promoção do envolvimento da população em atividades de prevenção e resposta a emergências, encorajando a sua participação ativa;
- Melhoria contínua dos serviços de emergência e adaptação dos protocolos, especialmente em resposta às lições aprendidas em eventos passados, como incêndios e pandemias.

Estas medidas são direcionadas para a necessidade de melhorias na preparação e resposta e gestão de emergências.

10. Estão as autarquias e as autarcas preparados ou pelo menos sensibilizadas para os novos desafios que os SMPC têm que responder?

a) Em particular as resultantes das alterações climáticas?

b) E as das resultantes de uma cada vez maior globalização e movimentação de massas?

Há uma perceção mista quanto à preparação das autarquias e autarcas para lidar com emergências. Enquanto alguns se sentem preparados, outros reconhecem a necessidade de mais formação e recursos.

No geral, as entrevistas revelaram que ambos os eventos foram elementos-chave de mudança, tanto em termos políticos quanto operacionais nos sistemas de proteção civil locais. Com as entrevistas presenciais, os autarcas tendem a oferecer

respostas mais emocionais, mais apresentadas ao nível da experiência local, enquanto as entrevistas por escrito apresentam respostas mais refletidas. A falta de interação direta nas entrevistas por escrito pode ter limitado a expressão de experiências pessoais e nuances emocionais. Os técnicos dos Gabinetes Florestais fornecem uma perspetiva mais técnica, focada em questões específicas como gestão florestal e prevenção de incêndios rurais. As suas respostas complementam as dos autarcas, ainda com um maior foco nos incêndios rurais. Existe unanimidade quanto à necessidade de uma adaptação das estratégias de proteção civil à realidade local, tanto na gestão de emergência como nos períodos pré e pós-emergência. É notória, nas entrevistas, uma preocupação com a proximidade da proteção civil com a comunidade, com enfoque na necessidade de uma comunicação mais eficaz, com a necessidade de mais ações de sensibilização e formação para o risco de forma a proporcionar um maior envolvimento da comunidade na prevenção e resposta a emergências. É também evidente a preocupação com a falta de meios existentes, quer humanos, quer materiais e financeiros, para um bom funcionamento da estrutura de proteção civil ao nível local.

Tabela 1: Questão 1 e 2

Perguntas Entrevistados	1. Em sua opinião que alterações tem sofrido o Sistema Nacional de Proteção Civil desde o início do século, em especial dos agentes locais como os SMPC?	2. Como avalia a atuação e proximidade do SMPC em relação à população local, tendo em conta as competências definidas pela Lei 65/2007 e pelo Decreto-Lei 44/2019?
(E1)	Desde o início do século tem havido alterações significativas, mas mais garantidamente, depois dos incêndios de 2017. Tem havido um avanço significativo nos agentes locais.	Avaliação positiva. Nota-se uma maior envolvimento da proteção civil com as populações. Se calhar ainda não estamos na perfeição, mas temos muitas coisas para aperfeiçoar, nota-se uma maior envolvimento.
(E2)	Têm sofrido algumas alterações, se calhar mais que nós verificamos depois dos incêndios que a nossa zona foi afetada e, portanto, temos recebido, também por parte de alguns órgãos, alguma informação que tem sido sempre útil. Por isso nos últimos tempos tem desenvolvido essa vertente mais diretamente com as autarquias principalmente e com as pessoas, mais informação também a nível publicitário. Acho que tem sido mais abrangente.	Relativamente às leis, não sei em concreto, muito bem, o que é que cada uma diz, mas tem sempre saído alguma informação de flyers para informar a população. Pronto mesmo a nível das autarquias, barra freguesias que tem sempre levado a informação à população.
(E3)	A acessibilidade, contato com a proteção civil, a atuação em si podia ser melhor, mas pronto tudo não começa de um dia para o outro, mas a aproximação e a acessibilidade à proteção civil claro, há muitas coisas que ainda haviam, que estão um bocado ainda distantes, mas com tempo a gente lá irá, mas tudo não se faz num dia.	Para mim é bom, porque pelo que eu tenho visto, que eu tenha presenciado, a proteção civil local tem a disponibilidade do contato. A acessibilidade está melhorada, muito melhor, porque antes a proteção civil, a gente quase nunca recorri a ela, e agora devido às ocorrências acho que a proteção civil está mais aberta a receber as coisas e a atuar. Mas, claro, mais uma vez volto a repetir, há muita coisa a fazer e os responsáveis daqui sabem perfeitamente isso.
(E4)	Antes de mais, obrigado aqui por estar aqui. A verdade é que tem se notado, embora que de forma ainda ténue, uma proximidade e uma maior proximidade entre o serviço Municipal de proteção Civil e também as autarquias, no caso as juntas de freguesia e mesmo os serviços municipais de proteção civil. Neste início do século tiveram um acréscimo, creio que de melhor maior visibilidade, apesar de a responsabilidade já a ver com o serviço municipal é uma questão que já está implementado há algum tempo nos	Pronto eu, creio que, como eu estava a dizer, essa questão hoje em dia, a própria proteção civil de forma sentido lato é mais aceite pela própria população. Hoje em dia já tem uma questão de visibilidade. Percebe-se que a responsabilização, a questão dos serviços municipais e a questão da proteção civil digamos, já tem um código de conduta na própria estrutura, no pensamento das populações. Há rostos que já estão identificados. Há equipas que estão definidas e as pessoas no terreno sabem que a proteção civil já é algo que está ligado à prevenção, sensibilização e também à própria resposta. Por

	<p>municípios, mas acho que tem havido uma maior visibilidade e uma maior responsabilização também dos próprios serviços. A verdade é que, a nível nacional isto funciona a vários ritmos. Há uns que estão mais evoluídos do que que efetivamente todos, mas creio que agora o trabalho e o papel do serviço municipal é muito mais reconhecido do que era no passado.</p>	<p>isso acho que os serviços municipais, sendo, digamos, um departamento, sendo uma parte ativa do organismo da organização dos Municípios, em que tem uma visibilidade maior do que tinham no passado e tem uma responsabilização, e que sempre tiveram, mas agora com maior enfoque. Eu acho que tenho conseguido chegar à população, uns mais, outros menos, é verdade. Mas eu acho que há uma proximidade maior com as pessoas, inclusive com as próprias juntas de freguesia e com a população em geral, até pelo tipo de atividade que fazem diariamente, quer seja na sensibilização nas escolas...</p>
(E5)	<p>O Mundo está em constantes alterações, sendo as mesmas de acordo com as exigências governamentais.</p>	<p>Uma avaliação positiva, mas com muito trabalho a realizar.</p>
(E6)	<p>Recordo-me que há uns anos atrás nem sequer se ouvia falar, ou praticamente não se ouvia falar, de proteção civil local, ou seja, só víamos na parte da questão dos bombeiros. Agora cada vez mais, e também com a questão dos incêndios e pandemias, etc, eu senti isso na freguesia que há uma proximidade da proteção civil às freguesias, ou seja, há assuntos que nós antes ligávamos diretamente se calhar para os bombeiros para tentar tratar, e que agora se calhar ligamos diretamente para o município para pedir essa ajuda. A proteção civil, por exemplo, retirar um gato de cima de uma árvore, se calhar antes ligávamos diretamente para os bombeiros, agora, se calhar podíamos tentar aqui. Eu, por exemplo, não me recordo há uns anos atrás, ter uma equipa de vários elementos da proteção civil no município. Neste momento não, está constituído uma equipa, a unidade anda no terreno, e é totalmente diferente. Nota-se uma grande melhoria.</p>	<p>De 1 a 10, avalio um 8. Sim, porque cada vez mais nós temos essa proximidade e essa ajuda da proteção civil, tudo aquilo que nós necessitamos. Nós conseguimos ter junto do município, da parte da proteção civil. Acho que tanto os incêndios como a pandemia vieram criar ainda mais proximidade. Acredito que seja mais pela obrigação legislativa, no entanto, também acho que com quando nós precisamos é que damos muitas das vezes valor, e começamos a conhecer. E se calhar em tempos que não precisamos tanto de ajuda, não dávamos esse devido valor, e claro, cada vez mais a legislação obriga a termos esse contato.</p>
(E7)	<p>Eu acho que houve grandes alterações que nos têm facilitado muito a vida, porque nós, ainda para mais que passámos os incêndios de 2017 e percebemos que é muito importante. É muito importante a proteção civil, é muito importante as populações estarem a par das situações, é muito importante</p>	<p>Acredito que há uma grande proximidade e acho que, não digo que não deveria haver um bocadinho mais, mas neste momento já se nota que quando nós falamos em proteção civil, ninguém fica alheio, o que é importante, porque estamos a falar de certas populações até meio das idosas, não é? E que quando a gente fala em proteção</p>

	<p>eles estarem no terreno e comunicarem com a população em geral. Eu acho que tem sido uma alteração significativa. Não quer dizer que não se possa ainda vir a fazer mais, mas acredito que tem sido uma mais-valia.</p>	<p>civil, eles sabem quem é e sabem que podem contar com eles e que estão no terreno. Eu acho que nesse aspeto, acho que há uma grande proximidade aqui.</p>
(E8)	<p>No âmbito Municipal a proteção civil sofreu algumas alterações quanto ao seu enquadramento e operacionalidade, tendo sido estabelecido, em legislação, a organização dos serviços municipais de proteção civil e as competências do Coordenador Municipal de Proteção Civil, que não existia</p>	<p>As criações destas normas legislativas permitiram que as autarquias locais efetuassem uma ligação de proximidade com a comunidade, como exemplo, referimos a divulgação de avisos às populações e a implementação do programa “Aldeias seguras”, as unidades locais envolvendo os cidadãos para a construção de comunidades mais resilientes a catástrofes.</p>
(E9)	<p>Os agentes locais dos SMPC têm vindo ao longo do tempo a ser dotados de mais conhecimento técnicos e teóricos e munidos de mais equipamentos, criando-se equipas profissionais para o efeito</p>	<p>Desconhecendo as competências definidas pela Lei e pelo decreto-lei referidos na pergunta, não poderei avaliar com conhecimento de causa a atuação dos serviços municipais de proteção civil.</p>
(E10)	<p>Tem sofrido algumas alterações, por exemplo tem sido reforçado com meios, tem sido atribuída competências, tem tido um papel mais fundamental na intervenção do território</p>	<p>Avalio de forma positiva a proximidade que os SMPC têm tido com a população.</p>
(E11)	<p>Na minha opinião, e daquilo que tenho visto e ouvido, observa-se uma crescente proximidade entre o Serviço Municipal de Proteção Civil, juntas de freguesia e serviços municipais. Apesar de já existir responsabilidade nesse âmbito nos municípios, há uma maior visibilidade e responsabilização dos serviços, destacando-se uma evolução mais reconhecida e valorizada do papel municipal na proteção civil em comparação com o passado.</p>	<p>O reconhecimento e aceitação da proteção civil pela população aumentaram, evidenciando uma maior visibilidade e responsabilidade nos serviços municipais. A existência de rostos identificados e equipas bem definidas reflete um código de conduta estabelecido, vinculando a proteção civil à prevenção, sensibilização e resposta. Os serviços municipais, agora mais visíveis, demonstram uma maior proximidade com a população.</p>

Tabela 2: Questão 3 e 4

<p>Perguntas</p> <p>Entrevistados</p>	<p>3. Quais são os principais desafios enfrentados pelos SMPC na prevenção, gestão de emergência, socorro e sensibilização/formação para o risco dentro das suas áreas de atuação, quer em termos geográficas, quer funcionais?</p>	<p>4. Os incêndios de 2017 e a pandemia de 2020 tiveram impactes diretos sobre os SMPC, e quais foram as principais alterações em termos legais, operacionais, logísticos e políticos? a) E junto da população (em geral)?</p>
<p>(E1)</p>	<p>É um papel muito importante na função, também na prevenção, na formação, na divulgação, acho que tem um papel muito importante e que deve ser ainda mais aprofundada junto das populações e das entidades locais.</p>	<p>Um impacto tão mais atentos a este tipo de, portanto, os incêndios como da pandemia, acho que focamos mais, agora os incêndios mais pela limpeza, mais pela essa vertente, e também fazer algumas sessões para as pessoas. O que é que tem que fazer, O que é que não têm, os pedidos até da das fogueiras, e acho que isso também levou as pessoas a que pensassem: não posso fazer, posso fazer o pedido. A da pandemia também acho que o foco também e na parte municipal e acho que na parte política também tivemos algum cuidado com a população, tenta ajudar, tentarmos estar presentes a toda a gente, com algum receio, mas acho que tanto politicamente como operacional. Os serviços municipais da proteção civil, eu acho que sim, tiveram muito impacto para resolver algumas situações da pandemia. Estamos a passar, não é, não sabemos se virá outra ou não, mas a nível da floresta acho que o trabalho que está a dar continuidade.</p>

<p>(E2)</p>	<p>Floresta é limpeza, que as limpezas que é um grande desafio, que é difícil de levar a cabo a que a população faça a sua parte, por exemplo. Eventos isso também nós não conseguimos controlar. Pronto, eu acho que mais é na parte da floresta, não sei.</p>	<p>Um impacto tão mais atentos a este tipo de, portanto, os incêndios como da pandemia, acho que focamos mais, agora os incêndios mais pela limpeza, mais pela essa vertente, e também fazer algumas sessões para as pessoas. O que é que tem que fazer, O que é que não têm, os pedidos até da das fogueiras, e acho que isso também levou as pessoas a que pensassem: não posso fazer, posso fazer o pedido. A da pandemia também acho que o foco também e na parte municipal e acho que na parte política também tivemos algum cuidado com a população, tenta ajudar, tentamos estar presentes a toda a gente, com algum receio, mas acho que tanto politicamente como operacional. Os serviços municipais da proteção civil, eu acho que sim, tiveram muito impacto para resolver algumas situações da pandemia. Estamos a passar, não é, não sabemos se virá outra ou não, mas a nível da floresta acho que o trabalho que está a dar continuidade.</p>
<p>(E3)</p>	<p>Em relação eu vou falar em relação à freguesia que eu presido até ver, é assim, nós temos uma área geográfica de densidade florestal muito grande. Onde, como é do conhecimento de todos, não ardeu nos incêndios de 2017, quase nada, foi 1%. Foi uma coisa pouca, ainda bem. O problema agora é que havia de haver mais intervenção da proteção civil em desenhar/desenvolver uma estratégia de limpeza. Não é a junta, por exemplo, que vai limpar os caminhos. Eu acho que deve limpar e tudo bem. O problema são os proprietários. Nós limpamos o rasto dos caminhos das florestais, mas o problema são as áreas que circundam esses caminhos, que são os proprietários, e por vezes há um bombeiro ou um privado que lá vá não vai lá meter um carro. Tem que haver uma estratégia de chegar. Sinalização a dizer que por este caminho há maneira de voltar para trás, porque há uns que os caminhos estão apertados, um bombeiro não entra. As pessoas dizem: “Ai isto é meu, isto é privado.” Tem que haver uma maneira de dizer que nós temos de abrir aqui um uns largos, não sei como é que isso se chama, para podermos ir pôr sinalização. Quem vai acha que deveria haver maior sensibilização junto da população? Para que? Porque</p>	<p>Eu já à bocado respondi. Sentiu-se uma melhoria, não a 100%, mas melhorias. A acessibilidade. Agora eu volto a aferir, tem que haver um plano para a defender o nosso território. A partir daí eu não posso pronunciar sobre mais</p>

	<p>os carros, hoje, cada vez são maiores, mas o problema é o de acessibilidades. Porque pode haver condições, pode haver tecnologia, mas primeiro, se não houver acessibilidades para nós protegermos esta mancha que aqui na zona e quase única... Há que preservar isto porque quando esta biodiversidade for embora, quando se perder, ela não volta. Nós temos uma mancha de Pinhal (Pinheiro bravo) e de sobreiros, que se arder, acabou. Vai vingar o eucalipto.</p>	
<p>(E4)</p>	<p>Sim, eu acho que aqui já há uma grande diferença do que era no passado, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Eu acho que tivemos aqui o exemplo também de 2017, com o que nos aconteceu com os incêndios, que eu acho que há aqui uma cultura de risco por parte das pessoas que não conseguem, por exemplo, aos incêndios. A nível preventivo, por exemplo, imagine-se um cenário com uma realização das queimas, que hoje em dia o sistema está mais muito mais refinado e as pessoas acabaram por acatar um conjunto de imposições e de modos de fazer que antes não estavam habituados, e acho que não tenho notado um bocado fruto do infortúnio. Tem-se notado também que as pessoas apreenderam um bocado com as lições do passado e tiraram ilações relativamente a isso. E eu acho que continua a haver algumas lacunas. A questão da sensibilização é importante, é importante reforçar a sensibilização nas escolas, na comunidade escolar, que ainda não temos. Apesar disto ser já comumente falado, abordado, mas eu acho que deveria haver uma intensificação maior com a comunidade escolar. Apesar de haver um esforço também de chegarmos à população e aos agentes locais, acho que se devia reforçar mais a questão da sensibilização também junto da própria população em geral, para certos cuidados a ter, certas condutas que sabiam no passado e que agora, inevitavelmente, vamos ter que nos adaptar. A questão da gestão de emergência também há determinadas matérias que são difíceis também. Por vezes as pessoas não estão habituadas a esta terminologias no dia a dia, mas é preciso também incutir essas pessoas. Estas dinâmicas que há no</p>	<p>Bom os incêndios os incêndios também nos puseram à prova e também provaram algumas debilidades, por exemplo, na situação em que tivemos a questão do alerta foi uma coisa que foi tal a velocidade com que o incêndio ocorreu, que acho que por mais que estivéssemos preparados para este fenómeno, não estávamos preparados, que se equipara a uma catástrofe. Portanto, esta questão do alerta é importante. Também nos veio trazer esta questão: acho que o alerta veio, digamos, pôr a nu algumas fragilidades do sistema. A questão é esta questão que tivemos, que agora está em voga, que tentamos ter de readaptar em função do que aconteceu. O programa Pessoas seguras/Aldeias, seguras, que é um bom programa, que tem algumas coisas positivas. Tem ali algumas questões de segurança que não estão plenamente clarificadas e que não é fácil também de implementar, porque não se percebe muito bem qual é a responsabilização em caso de as coisas não correrem bem do oficial de segurança, não é? E, entretanto, também percebemos que na altura do acontecimento, da ocorrência, esta questão da possibilidade de retirar da evacuação das pessoas também poderá não ser a melhor solução. Portanto, a isto também a situação de crise também é uma situação que é muito difícil de controlar, aquilo que é a vontade das pessoas. Mas eu acho essas ilações retiradas dos incêndios também fez com que as pessoas também encarassem as coisas de uma outra forma, pois estamos um pouco melhor preparados, pelo menos temos mais consciencializados daquilo que são esses fenómenos. Embora também os incêndios fossem um tipo de acontecimento que a maior parte das populações já está habituada a conviver com eles, a questão é esta dimensão como agir em função do incêndio?</p>

	<p>âmbito da proteção civil, eu acho que estamos muito virados para a resposta ainda, por conseguirmos responder, mas falta-nos ainda muita algumas coisas a montante, que é prevenir e prevenir. É o grande segredo, é identificar, embora nós aqui saibamos que temos algumas tipologias que já nos são características, não estamos preparados para muito tipologia de riscos que normalmente não acontecem, mas podem vir a acontecer. E efetivamente temos uma população que não está preparada ainda para essas tipologias dos incêndios de 2017.</p>	<p>A questão do COVID foi uma coisa completamente nova. Ninguém estava preparado. O próprio Governo também não estava preparado e a própria Autoridade de Saúde que também não estava preparada para o momento. Este fenómeno, sendo que outras pandemias poderão vir no futuro, trouxe-nos ensinamentos que nos colocou à prova a todos os níveis, inclusive os autarcas que também não estavam preparados para isto e também tiveram que ter aqui um papel importante no envolvimento com a população. E também está a fazer criar aqui um conjunto de mecanismos no apoio à população, coisa que também não estavam habituados e acho também foi um ensinamento para situações futuras, acho que também já conseguimos agir de certa forma em conformidade.</p>
(E5)	<p>Desafios na falta ainda de meios adequados para a geografia local.</p>	<p>Composição e Competências da Comissão Municipal de Proteção Civil Organização do Plano Emergência de Proteção Civil Informações diversas sobre o Apoio às Vítimas dos Incêndios a) E junto da população (em geral)? Sensibilização e divulgações</p>
(E6)	<p>Temos um pouco ainda uma mentalidade pouco fechada e muitas das vezes é meio caminho andado para, por mais leis que saiam, por mais chamadas de atenção que haja, as pessoas idosas, muitas das vezes não acatam. É esse tipo de situações e se calhar, ou seja, de risco de incêndio, seja mesmo de desculpa, de outras situações, acredito que seja um pouco por aí, pela idade, pelas pessoas ainda não estarem bem informadas também é um dos grandes desafios. É falta de sensibilização das populações também e acho que isso era um ponto que eu acredito que deveríamos ainda trabalhar mais e não, não tanto a lei, e não estou a falar de poder local, mas a nível nacional, mas mais próximo das pessoas. Haver mais ações, sensibilização, haver mais contato com a população porque só chamando mesmo à atenção e só estando no local.</p>	<p>Não é o meu caso, mas acho que com os incêndios houve uma procura de todas as freguesias para conseguirem, os que tinham meios para criar, por exemplo, as unidades locais. Acho que foi um ponto que chamou a atenção ter um kit de incêndio ou ter uma equipa criada para tentar ajudar. Numa primeira intervenção da parte do município. Eu não me recordo, e posso estar a dizer uma grande asneira, mas eu não me recordo, por exemplo, de ver a uma carrinha da proteção civil para baixo e para cima constantemente há uns anos atrás. Tenho mais essa noção, e mesmo as pessoas têm mais essa noção, de andarem sistematicamente nas nossas freguesias. Acabaram por começar a andar mais nos locais, havendo uma maior proximidade com a população.</p>
(E7)	<p>Eu acho que nós precisávamos de mais sensibilização diretamente com a população. Precisamos de que muitas das vezes fossem feitos em locais próprios, em que se mostrasse</p>	<p>Nota-se que há muito mais divulgação que havia. Até aí nota-se que nós conseguimos facilmente saber, mesmo quando agora acontece, por exemplo, riscos de incêndio. Os níveis vão mudando e nota-se</p>

	<p>às pessoas os riscos que correm com as coisas que falamos, que tem que se limpar, mas ao verem e aperceberem e falarem com alguém da proteção civil que lhes mostre o que realmente é preciso, e que é preciso atuação naquela área. Acho que a sensibilização vai ter que partir muito por aí.</p>	<p>que estamos muito mais informados e que até 2017 e nos passava um bocadinho ao lado. As pessoas sabiam que, por exemplo, vinha calor, mas não tinham a noção nem sequer dos perigos que corria. E acho que esta questão da pandemia, como os incêndios vieram aqui provocar umas alterações muito significativas perante a população.</p>
(E8)	<p>Um dos principais desafios são a falta de recursos humanos afetos ao SMPC, mas também, na sensibilização/formação e dificuldade de inculcar a capacidade adaptativa junto da população para lidarem com os diferentes riscos, por razões diversas, nomeadamente junto da população idosa e, também, porque não existe uma cultura de prevenção em relação ao risco.</p>	<p>Relativamente aos impactos diretos que tiveram os incêndios de 2017 e a pandemia de 2020 sobre os SMPC, foram significativos, tendo em conta que perante estas situações que ocorreram, inesperadas, levaram os serviços a adaptarem-se, num período de tempo muito curto a novas ameaças, muito complexas, menos previsíveis e difíceis de avaliar. A estratégia, relativamente à pandemia 2020, passou pela rápida adaptação do SMPC para dar resposta a estas situações, elaborando planos operacionais para dar resposta à necessidade que surgiram e que os colocaram em prática. Uma das alterações que surgiu, na sequência dos incêndios de 2017, em termos legislativos mais significativos foi a alteração do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios para uma nova estratégia, o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.</p>
(E9)	<p>A grande dificuldade de acesso à informação dos dados pessoais dos proprietários dos prédios rústicos e urbanos que se encontram em situação de risco; as ainda insuficientes capacidades logísticas para implementação das medidas necessárias a adotar na prática e por vezes as falhas de coordenação entre as várias entidades que compõem a Proteção Civil municipal.</p>	<p>Vieram trazer mais competências legais e mais responsabilidades sobre os SMPC, com reforço de recursos humanos e equipamentos. a) Ao nível local permitiram que o SMPC tivesse maior visibilidade na população local.</p>
(E10)	<p>Os desafios, para já, acima de tudo, formação dos agentes da proteção civil, ou seja, de quem trabalha na proteção civil. Nós próprios deveríamos ter também maior sensibilidade em algumas áreas que ainda não adquirimos. Geográficos, o nosso território é mais ou menos difícil em algumas situações. Funcionais, ainda pecamos pelo défice de meios humanos e de materiais.</p>	<p>Em termos legais foram feitas alterações significativas e foram dadas mais competências aos serviços municipais. Em termos operacionais, de alguma forma os serviços estão a ser reformulados, reforçados com equipamentos, edifícios, nomeadamente a criação dos centros municipais de proteção civil. Ao fim ao cabo isto pesou na logística dos serviços. Os serviços precisam de mais logística do que aquilo que era antigamente. Em termos políticos, sim... os políticos começaram a ter noção que os SMPC são necessários e que precisam de estar funcionais para atuarem.</p>

		<p>a) A população passou a exigir mais dos serviços municipais, o que pesa na gestão dos serviços, visto que cada vez mais, os assuntos que passam com a população em geral, passam pelos serviços de proteção civil.</p>
<p>(E11)</p>	<p>Apesar das melhorias desde o passado, há um longo caminho a percorrer na cultura de risco, especialmente evidente após os incêndios de 2017. A prevenção avançou, mas ainda existem lacunas, especialmente na sensibilização, que precisa de ser intensificada, especialmente nas escolas. A gestão de emergências enfrenta desafios, sendo crucial educar as pessoas sobre terminologias e práticas. Faltam medidas preventivas mais robustas na preparação da população para situações como os incêndios de 2017.</p>	<p>Os incêndios revelaram debilidades, especialmente na rapidez do alerta, sendo equiparados a uma catástrofe. A questão do alerta expôs fragilidades no sistema, destacando desafios posteriores no que toca ao programa “Pessoas seguras, Aldeias seguras”. Apesar das dificuldades, as lições dos incêndios aumentaram a consciência e a preparação para fenómenos semelhantes, promovendo uma abordagem mais adaptável.</p> <p>A pandemia de COVID-19 foi um desafio inesperado que apanhou todos desprevenidos, incluindo o Governo, a Autoridade de Saúde, as populações e os municípios. A aprendizagem gerada por essa experiência resultou na criação de mecanismos de apoio à população, dando importantes lições para enfrentar situações semelhantes no futuro.</p>

Tabela 3: Questão 5 e 7

Perguntas Entrevistados	5. A sua autarquia assumiu as competências atribuídas e definidas pelo Decreto-Lei 44/2019? Quais foram implementadas ao nível do SMPC?	6. Existe no seu município uma aproximação do SMPC à população local incentivando à participação do cidadão nas ações de prevenção e gestão de emergência, no fundo promovendo também o voluntariado?
(E1)	Tenho pouco conhecimento dessa área.	Sim, tem alguma promoção. Eu penso que sim. Eu penso que sim, inclusivamente com nossas experiências nós chegamos a pensar em tentar criar uma unidade local de proteção civil, como tem meda de mouros, mas não se conseguiu arranjar voluntários.
(E2)	Eu acho que sim. No serviço Municipal de Proteção civil as equipas de intervenção da proteção civil. Penso eu. As sessões de esclarecimentos para com as pessoas seria competência do município? Fica um bocadinho a dúvida, não sei, quais são mesmo as competências atribuídas para o município?	O voluntariado não sei muito bem, mas estão a incentivar a população e ações de prevenção? Sim.
(E3)	Parcialmente, não na totalidade, mas assumiu e nota-se uma melhoria significativa, A minha pedra a defender é o nosso território. E acho que a proteção civil deve planificar, e sensibilizar a população para a situação. Por que no fim de casas roubadas não vale a pena fechar a porta.	Exatamente tem que haver mais aproximação, haver mais contato com as pessoas, fazê-las ver, umas reuniões para sensibilizar as pessoas que por um metro, por meio metro de terra, não é por isso que vai ficar mais pobre. O problema são as pessoas, são pessoas de idade, como toda a gente sabe que pessoas com uma certa idade... aquilo para eles a terra é quase sagrada. Se for meio metro “epá” mas tem que haver uma sensibilização. Mas é porque é falta de sensibilização dessa parte e acho que os técnicos da proteção civil deviam arranjar maneira de se fazer uma ação dessas perante as populações. Nota-se uma melhoria significativa, foi assumido pelo município, mas ainda falta muito caminho para andar.

(E4)	<p>A autarquia tem um serviço municipal implementado, e tem um Coordenador Municipal. Está neste momento também a fazer a adaptação de um espaço para o centro Municipal de Proteção civil, tem a comissão Municipal de proteção civil também devidamente constituída e, consoante o tipo de evento ou ocorrência já foi obrigada também a ativar os planos de emergência, respetivos no âmbito quer da pandemia, quer nos incêndios. tem plano de emergência, e neste momento está em fase de revisão do plano municipal de emergência e não creio ainda, em termos de unidades locais de proteção civil, que não há nenhuma freguesia que tenha ainda unidade local de proteção civil. Também, creio, que estão a diligenciar na questão do centro de Comando operacional Municipal. Portanto, em certa medida, tem dado o apoio que a legislação refere, nomeadamente nas situações que vão ocorrendo.</p>	<p>Neste sentido junto da população, o município através do serviço Municipal de proteção civil, onde se inclui o Gabinete Técnico Florestal, tem desenvolvido um conjunto de ações com muita incidência nos incêndios, porque é o principal risco no município. Temos algum outro tipo de risco? Temos o risco de movimento de massa, inundação não tanto, mas o principal enfoque são os incêndios, apesar de quando há alguma situação de ações junto da população, refiramos outra tipologia de riscos e a própria população, às vezes, também refere essas questões. Há uma proximidade e as pessoas, hoje em dia, estão mais espertas e para o que é o trabalho da proteção civil, porque hoje em dia também está muito em voga tudo o que acontece onde a proteção civil está envolvida, portanto, apesar de poder há uma dificuldade, por vezes, em chegar a todo o público. Hoje em dia também se nota nestas ações uma dissociação da população.</p>
(E5)	<p>Criação da Unidade Local da Proteção Civil</p>	<p>Sim existe, mas a população ainda se mostra pouco colaborativa.</p>
(E6)	<p>Com as transferências de competências, que tenham assumido grande parte e se calhar, tudo aquilo que eu elenquei atrás veio um pouco por aí, não é? As equipas vieram de certeza absoluta com a transferência de competências. Temos técnicos que todos os dias, por exemplo, da unidade de proteção Civil, estão a todo tempo. Posso não ter conhecimento, mas acho que não havia essa equipa junto da população. Bem acredito que por terem assumido parte dessas competências que tiveram que criar certos e determinadas coisas que não tinham então.</p>	<p>Existe e até a questão das mensagens, de avisos existe. Pegando um pouco dos incêndios, e como é tanta floresta, acho que, se calhar, a proteção civil podia ter aqui um papel junto nós autarcas para sensibilizar mais a limpeza. Há uma maior sensibilização junto da população.</p>
(E7)	<p>Eu acho que sim. A Câmara tem uma proximidade muito grande com a população em si e quando nós assimilamos a proteção civil, juntamente com a Câmara Municipal, ou seja, com as autarquias, acho que ajuda, porque também depois vemos não só na autarquia, como vemos aqui na freguesia, que as pessoas quando se dirigem a nós há aqui uma interligação muito importante</p>	<p>Eu acho que há, mas devia haver um bocadinho mais. Eu acho que é, como eu estava a dizer há pouco, é preciso que a proteção civil se desloque e faça ações, sensibilização e nessas ações de sensibilização provocar mesmo esta parte do voluntariado, de perceberem como é que nós podemos chegar a alguns sítios que se calhar através de uns e de outros conseguimos fazer muito mais.</p>

(E8)	Sim. Foi nomeado um Coordenador Municipal de Proteção Civil. Sim. Foi nomeado um Coordenador Municipal de Proteção Civil.	Sim. Nomeadamente através do Voluntariado Jovem para as Florestas e na implementação das “Aldeias Seguras”
(E9)	A minha autarquia essencialmente colaborou no apoio à população local ao nível logístico (veículos de transporte e de limpeza), informativo (divulgação) e de apoio direto na ajuda das necessidades básicas às pessoas locais. Desconheço o teor do citado decreto-lei.	Desde 2017 o SMPC tem vindo a ter cada vez mais visibilidade junto das populações locais nas diversas ações que tem vindo a desenvolver, nomeadamente no apoio após os incêndios de 2017, com o apoio às populações com a Pandemia de 2020, com as consequências das intempéries, com o combate à vespa velutina e de outras espécies, com a organização de sessões de divulgação, esclarecimento e de prevenção. Estas ações terão de ter continuidade, regularidade e serem mais abrangentes, para que as populações encarnem cada vez mais a necessidade de serem mais ativas quanto ao seu papel na prevenção e na gestão de emergências do quotidiano.
(E10)	Sim, a autarquia assumiu as competências definidas. As competências implementadas oram as comissões municipais, o plano municipal de proteção civil está a ser revisto, executamos simulacros, sensibilização, entre outros.	Fazemos a realização de simulacros no meio escolar.
(E11)	Não tenho nenhuma opinião formada para responder a esta pergunta.	O município, por meio do Serviço Municipal de Proteção Civil, concentra-se principalmente em ações preventivas para incêndios, o principal risco na região. Embora haja outros riscos, o foco principal permanece nos incêndios. A população está mais consciente desses esforços, embora exista alguma dificuldade em alcançar toda a população, notando-se uma dissociação da população em relação a ações de sensibilização que são realizadas, apesar da haver proximidade e de uma consciencialização crescente.

Tabela 4: Questão 7 e 8

Perguntas Entrevistados	7. Qual tem sido o envolvimento do SMPC com as entidades locais e regionais no âmbito da proteção civil?	8. Quais as principais iniciativas do SMPC com vista a melhorar a sua capacidade de resposta em situações de emergência? a) Estas iniciativas têm sido anteriores ou posteriores aos grandes incêndios de 2017 e/ou ao período da pandemia?
(E1)	Mais concretamente, por exemplo, avançamos para a situação com o Serviço Nacional de Proteção Civil, com um programa da aldeia segura. Se calhar temos que desenvolver mais, mas, por exemplo, é um serviço que se desenvolvido com algumas atividades é uma das áreas em que temos que apostar e se calhar outras também temos de apostar.	Tenho a perceção que são posteriores aos incêndios 2017, pelo menos foram colocadas mais no terreno a seguir a 2017. Poderão estar já implementadas anteriormente, mas houve uma maior divulgação, maior sensibilização para esse trabalho. No meu entender a partir de 2017, há aqui um ponto de viragem.
(E2)	Tem havido envolvimento com a parte local com sessões e muito fácil chegar a esse serviço.	Eu aí penso que será melhor sintonia entre sistema nosso municipal com bombeiros e freguesia, porque muitas das vezes nós diretamente não sabemos... A urgência apesar de aqui, o Presidente de junta não é ser notificado na própria freguesia se há algum problema, mas muitas das vezes não é imediato. E se há um incêndio ou porque alguém está em perigo, acho que nós deveríamos ter um contato mais direto, porque, como nós conhecemos mais a população, o Presidente de junta acho que devia também ser mais acionado para chegarmos mais rapidamente ao local, e a intervenção também da parte das limpezas. nós só saberemos ou só sabemos quando entra no município e que somos procurados também para quê? Para chegarmos ao proprietário, em que é muito difícil aqui. Acho que por mail já vai havendo, mas estamos a melhorar. Posteriores. Algumas, não são todas. Já havia esse trabalho, embora não tão focado.

<p>(E3)</p>	<p>As melhorias têm sido à posteriori dos incêndios como da pandemia. Por isto tudo isso se reflete, por um lado, a pandemia foi mau, mas, por outro lado, veio criar uma sensibilização de necessidade de proteção. Que casa roubada, trancas à porta?</p> <p>Estou a dizer, mas não pode ser assim. Primeiro tem que se criar as condições para se poder atuar. Não é chegar aqui, ó pá, vamos lá, não primeiro, tem que se arranjar formas de proteger e depois atuar, porque, por exemplo, não tem. Eu vou falar aqui, Eu Não devia falar disto, mas vou falar. No caso dos incêndios, a proteção civil não é de cá, chega aí (há um incêndio), casos que passaram comigo, os bombeiros parados ali com os carros: “então pá está tudo a arder? Não temos ordem”. Eu acho que isto não pode acontecer, eh pá, o comando local tem que mandar. Eh, pá, “Não temos ordem para avançar” ... Eu acho que essa situação não se pode verificar, mas eu quem sou eu para? No fundo já é quase como respondeu à pergunta seguinte, quais seriam as principais medidas que se deveriam implementar a nível local?</p>	<p>Eu acho que deviam haver sessões de sensibilização. As pessoas, os técnicos iam tentar chegar ao pé das pessoas, fazer formação. Vai haver, até tem um nome que eu não me recordo (aldeias seguras). Eu acho que esse programa, que é um programa que vai ser bom, porque se houver uma pessoa na localidade que as pessoas vão recorrer dessa pessoa, tem os contactos e tem outra capacidade para entrar em contato.</p>
<p>(E4)</p>	<p>Relativamente ao que aconteceu (à pandemia), pouco foi feito à posteriori, porque também ainda é uma questão recente. Também no fundo, foi uma situação nova para a população. Todas as entidades tiveram que se reinventar, e por vezes também fazer coisas que não estavam formatadas. Foram novidades relativamente à pandemia, e também é uma questão de saúde pública. A prevenção passou mais pela vacinação propriamente, não havendo assim mais nenhum aspeto a realçar.</p> <p>Acho que na altura também foi difundido, como a origem e as consequências também da pandemia e as formas de precaver. Após isso, acho que as pessoas continuaram a viver em comunidade como viveu antes. Há entre pessoas, mas e se calhar alguma retração na forma do cumprimento na forma da proximidade. Em matéria de incêndios tem havido um conjunto de ações que anualmente o município faz, sendo que</p>	<p>Há um conjunto de entidades que já é comum, já desde anterior aos incêndios. Os atores são os meus, são os que têm, digamos, uma colaboração mais direta nesta área da ação civil: nomeadamente os bombeiros, a GNR, as associações florestais, ICNF, as próprias juntas de freguesia. Mas não houve um incremento de novos atores.</p>

	<p>nestas ações também passa por algumas situações, por exemplo simulacros.</p> <p>Isso era feito antes dos incêndios? Já se fazia e continua-se a fazer com regularidade.</p> <p>Um dos grandes fatores que nós tínhamos de risco no concelho tinha a ver com, por exemplo, a realização de queimas. Por mais simulacros, por mais ações que se fizessem, as pessoas continuavam com estes hábitos culturais. Eu acho que houve um grande incremento, que não foi uma questão até de município, foi uma decisão governamental, foi a questão da disciplina, a disciplina da realização da queima obrigou o popular, a pessoa, o cidadão em fazer um registo de uma queima na plataforma, sob pena de que não o fazendo seria alvo de aplicação de uma sanção, e isso parecendo que não veio diminuir o número de ocorrências provocadas por dados negligentes das pessoas, principalmente no período crítico. Eu acho que essa foi o grande fator, a grande inovação, a grande alteração que houve para os incêndios.</p> <p>Há um conjunto depois de medidas que estão a ser implementadas as áreas entre a gestão da paisagem e depois, por exemplo as OIGP's. Tudo isto ainda é um bocado confuso também na mente das pessoas, não se percebe muito bem qual é o alcance disto, mas temos algumas dúvidas quanto à operacionalização disto e é um processo que vai demorar anos ou dezenas de anos a obter resultados.</p>	
(E5)	<p>Foi criado o respetivo Serviço Municipal de Proteção Civil, aos quais cabe desenvolver atividades de planeamento e operações, prevenção, segurança, e informação pública, tendentes a prevenir riscos coletivos inerentes à situação de acidente grave ou catástrofe, de origem natural e ou tecnológica, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo, quando aquelas situações ocorram.</p>	<p>Mais divulgação, mais informação, mais contacto direto com a população, criar meios de comunicação adequados á realidade local.</p> <p>a) Estas iniciativas têm são anteriores ou posteriores aos grandes incêndios de 2017 e/ou ao período da pandemia? São posteriores</p>
(E6)		<p>Acho que, por exemplo, a equipa tinha 1 carro próprio de proteção civil, e eu como referi, recordo-me de haver incêndios na minha freguesia e quem vinha era unicamente os bombeiros. Há bem</p>

	<p>Com o passar do tempo notamos uma proximidade muito maior. No entanto, é assim, nunca é demais, e acho que devemos sempre tentar melhorar ainda mais e tentar, procurar mais soluções.</p>	<p>pouco tempo atrás tivemos um incêndio e uma das figuras que nós notámos logo era a questão da carrinha da proteção civil municipal. Logo aí, á melhorias, como é lógico. a) Para mim, eu acho que apostava mais na questão de 2017. Acho que nós começámos a olhar as coisas de maneira diferente. Nós já tínhamos tido incêndios e depois com a pandemia também veio intensificar, mas nós já tínhamos tido incêndio, já tínhamos tido outras catástrofes (não falo só dos incêndios, mas também de outras situações, como o mau tempo, etc.) Que faz com que se precisasse do apoio da proteção civil, mas não foi da dimensão que tivemos em 2017. Basicamente acho que toda ajuda era necessária, ou melhor, toda ajuda era pouca. E daí acho que também abriu aqui um pouco mais os próprios autarcas, neste caso de terem uma visão diferente e acredito que isso também tenha mudado nesse sentido, assim como depois veio a questão da pandemia, em toda a ajuda de virem distribuir materiais e de nos alertarem para certas e determinadas coisas. Eu na junta desde 2013 e desde esse ano até 2017 não tinha tanto contato com a proteção civil municipal, que tive desde 2017 em diante.</p>
(E7)	<p>Eu acho que tem-se visto muitas reuniões que eu acredito que funcionem, e acho que a questão das transmissões dos documentos que nos vão chegando que nos vão mostrando as diferentes coisas que vão acontecendo. Acho que tem provocado aqui alguma proximidade entre todos.</p>	<p>Eu acho que vir aos locais, andar por terrenos e mostrar às pessoas muitas das vezes que quando se fala de certas situações, que venham ver como é que as coisas estão mesmo. Não é só dizer “Ai aquilo está assim”. Não... venham nos mostrar no terreno. a) Eu acho que depois de 2017 ficou muito melhor. Vê-se que a proteção civil está muito mais interligada com as populações do que estava até aí. Eu acho muito melhor, muito melhor.</p>
(E8)	<p>O envolvimento decorre de várias reuniões de trabalho, com as entidades locais, referente a vários eventos e ações de divulgação e prevenção, como simulacros. Também, a nível regional através da participação de briefing.</p>	<p>Participação em formações referentes a esta matéria e através da aquisição de equipamento para a gestão de tarefas neste domínio.</p>
(E9)	<p>O SMPC tem tido um contacto direto com a minha autarquia sempre que ocorrem situações de emergência que o justifiquem para partilha de apoios técnicos e informação. Com as entidades regionais desconheço o grau de envolvimento.</p>	<p>A formação dos recursos humanos tem vindo a ser melhorada e a melhoria das infraestruturas e equipamentos que têm vindo a ser colocados ao dispor da equipa são uma mais valia para poderem ter mais capacidade de resposta em situações de emergência. a) Notou-se uma evolução após a pandemia.</p>

(E10)	Tem havido uma grande proximidade e uma grande troca de informação.	Os técnicos do serviço têm participado ativamente em exercícios realizados no âmbito da emergência em catástrofe, juntamente com outros serviços de SMPC, em iniciativas em termos regionais e nacionais. a) Em termos de incêndios elas acontecem regularmente, e já aconteciam antes de 2017. Porém têm vindo a ser mais frequentes.
(E11)	Tem havido uma colaboração principalmente com várias entidades e com as juntas de freguesia do concelho, embora, pelo que note, que haja também uma interação com individualidades de outros municípios integrantes de serviços municipais de proteção civil, assim como individualidades integrantes da CIM.	Pelo que sei, juntamente com outros serviços de SMPC, tem-se feito exercícios realizados no âmbito da emergência em catástrofe, em iniciativas regionais e nacionais.

Tabela 5: Questão 9 e 10

<p>Perguntas</p> <p>Entrevistados</p>	<p>9. Em sua opinião, quais são as principais medidas que as autarquias locais deveriam ou poderão implementar para garantir a segurança da população em situações de emergência?</p> <p>a) Bem como melhorar a educação para o risco?</p>	<p>10. Estão as autarquias e os autarcas preparados ou no mínimo sensibilizados para os novos desafios a que os SMPC têm que responder?</p> <p>a) Em particular dos resultantes das alterações climáticas?</p> <p>b) E das resultantes de uma cada vez maior globalização e movimentação de massas?</p>
<p>(E1)</p>	<p>Em situação de emergência que será importante, e tem que ser aprofundado, é a aldeia segura, e já temos os agentes de proteção responsáveis com esse trabalho. Em termos de incêndios, é preciso aprofundar a situação das limpezas e está-se a fazer com o serviço Municipal e com o município. Os condomínios de aldeia são importantes as limpezas. E noutras situações de catástrofe, felizmente, não temos tido. E não tenho muita experiência em outras situações sem ser em incêndios.</p> <p>Tivemos também a pandemia, em que os serviços ajudaram, colaboraram, deram indicações, é verdade.</p> <p>Se calhar, temos que ainda fazer algum caminho nessa área de procurar envolver mais as pessoas, e fazer mais divulgação ainda divulgação de riscos de incêndio, risco de sismos, por exemplo.</p>	<p>Se calhar não. Se calhar têm de fazer uma atualização para se prepararem mais</p>
<p>(E2)</p>	<p>Acho que é importante continuar as sessões de esclarecimento com a população, nas juntas de freguesia, junto com os autarcas. Eu acho que isso é muito importante. Eu acho que essa é uma melhoria, as sessões de esclarecimento e a proximidade com as pessoas.</p>	<p>não é? Mas eu acho que temos os mínimos de sensibilizações para... Eu acho que sim. Eu acho que o nosso cadastro, devíamos saber de quem é de quem é o quê. Também fazer a sensibilização às pessoas da limpeza, a parte social acho que também era interessante haver intervenção. Porquê? Porque alguns agregados não podem fazer e provavelmente se calhar alguns apoios nesses agregados para fazer essa limpeza e eu acho que aí e para os incêndios, principalmente, acho que ficaria alguma parte também resolvida. Eu acho que era interessante. A parte de cadastral, saber quem é o quê e depois atuar nessa parte das limpezas, porque a sensibilização, ok, tenho que limpar, mas a pessoa até tem a boa vontade, mas não dá: nem pelos meios próprios nem ter que o pagar. Então acho que era interessante haver apoios até um subsídio social também para essas situações.</p>

<p>(E3)</p>	<p>É uma boa aposta para a redução do programa, porque há pessoas de idade não têm, não têm de telemóveis e não sabem trabalhar. E se houver uma pessoa na proximidade, a quem se dirijam para pedir auxílio ou dar qualquer gestão, essa pessoa tem equipamento para poder chamar a tempo e horas. Isso eu acho que é um bom programa e apoio.</p>	<p>Tem de haver alguém com formação no combate inicial para ter uma primeira intervenção. Aposta seria a sensibilização e a formação exatamente para meia dúzia (2 ou 3) para a primeira intervenção direta, porque muitas vezes os incêndios e vocês sabem, às vezes tomam proporções enormes devido à tardia, ou não autorização...</p> <p>Mas acha que 2017 e 2020 trouxeram uma melhoria a todo o sistema? Sim, aliado à desgraça veio uma melhoria, isso é notório, não a 100%: a sensibilidade, a disponibilidade das pessoas a atender, mas falta uma planificação.</p>
<p>(E4)</p>	<p>Inicialmente, eu acho que passará pelas próprias autarquias haver uma, digamos, uma entre aspas, profissionalização também desta área, ou seja, de haver rostos e equipas que estejam diariamente a trabalhar sobre esta matéria e, entretanto, profissionalizar não só a nível de recursos humanos, porque o que eu acho é que durante muitos anos a proteção civil foi o parente pobre das autarquias locais. O Presidente da Câmara era o responsável máximo da proteção civil e pouco mais a coadjuvava-lo. Teria uma pessoa da estrutura do Gabinete de apoio à Presidência, por exemplo, sabe-se que hoje em dia isso já não funciona dessa forma. E fruto também dos acontecimentos que têm vindo a correr ao longo dos anos os municípios, uns mais outros menos, têm evoluído e tem profissionalizado a sua estrutura para ter capacidade de resposta, não só capacidade de resposta para a resposta ao evento que aconteceu, digamos a ocorrência de determinado risco, seja ele movimentos massas, ou seja, inundações, seja sismos, terramoto, seja o que for, como também no âmbito da prevenção. E aqui (na prevenção) eu creio que essa questão é importante, é importante os municípios terem uma colaboração, digamos comunicação, com outros agentes de proteção civil, porque isto não é só uma responsabilização do município. A proteção civil somos todos nós. Portanto, isto envolve não só os municípios como as juntas de freguesia, como as populações, como os bombeiros, a GNR,</p>	<p>Sendo franco, eu acho que não estamos preparados porque todos os dias ligamos a televisão e vemos um conjunto de acontecimentos, seja incêndios nos Estados Unidos, no Canadá, na Suécia, inclusive que é um país muito amigo da floresta, com um conjunto muito inovador a nível de prevenção e um exemplo a seguir, e que ainda muito recentemente foi alvo de incêndios, como nós. No Havai uma ilha que também foi completamente devastada pelos incêndios. Na Eslovénia que há pouco tempo teve fenómenos com precipitação intensa, com deslizamentos.... Acho que nós estamos, não estamos efetivamente preparados para determinados eventos que venham com determinada severidade, não estamos como qualquer país.</p> <p>Nota que existe uma maior sensibilização nesse sentido? Eu acho que há uma sensibilização fruto também do que se vê na comunicação social. As pessoas estão sensíveis a que isto não é uma coisa que é possível que mais tarde ou mais cedo aconteça. Ora, se estamos preparados? Para acudir a uma tragédia, a um acontecimento desses no campo, não sei se faz parte também da cultura do nosso povo porque nós somos mais de reagir do que agir. E, entretanto, agir numa ação preventiva é mais difícil, é uma questão mais difícil de implementar. Portanto, a esta situação como a determinadas tipologias de acontecimentos é muito difícil. Estamos preparados para fazer frente a eles, agora eu acho que é um caminho que se vai fazendo caminhando e que não, não é fácil, não é fácil, não é fácil e que vai demorar tempo, como disse, não é uma cultura preventiva.</p>

	<p>e todo um conjunto de entidades. Mas eu creio que terá que obrigatoriamente de haver uma melhor interligação entre todos os atores.</p> <p>Acho determinante haver uma maior campanha no âmbito de consciencializar as pessoas para o risco e para a gestão do próprio risco, e perceber o que é que têm que na fase da prevenção: como prevenir; as melhores medidas para prevenir; o que devem ou não fazer e em caso de acontecer, o que é que também terão?; Como terão que reagir?; Portanto, eu acho que isto não só é importante para a população escolar, mas também é importante para a população, para a população residente.</p>	<p>E isto é uma questão que não é fácil passar e não é fácil, por exemplo, para as autarquias locais. A autarquia local como a Junta de Freguesia, que também no fundo acaba por ter maior proximidade à população, estas próprias juntas também se debatem com um conjunto de constrangimentos não só financeiras, mas a nível de recursos que não conseguem ser plenamente autónomos para fazer um conjunto de intervenções que acautelem nesta questão preventiva, e que acautelem estes possíveis acontecimentos.</p> <p>Portanto, acho que a este nível também tem que haver uma outra bisão por parte das entidades competentes, nomeadamente quem nos governa, porque as autarquias locais, nomeadamente as juntas, não são dotadas de meios em número suficiente para acudir e fazer face a estes possíveis acontecimentos.</p> <p>Então não é só um problema cultural, mas então também estrutural? É um problema estrutural, uma outra questão também é que eu acho que também devia haver uma maior sensibilização dos próprios autarcas para esta temática, que acho que também não estão suficientemente despertos. Ou se não estão dispersos também não são. Por vezes, eu acho que, que não pode haver este sentimento de que o próprio autarca desconhece qual é o seu papel, e que, no qual, tem um papel extraordinariamente importante nesta matéria. Tenho algumas dúvidas de que os autarcas, no caso de alguns destes acontecimentos, determinados autarcas, não estou a dizer que sejam todos, mas creio que ainda há um desconhecimento da responsabilidade que estes têm em fase, com o papel que desempenha.</p> <p>Que não estão muito sensíveis ao papel que teriam que desempenhar seguindo aquilo que a legislação refere, porque acaba por ser o responsável local pela comunidade e têm um papel muito ativo nisto. Há um conjunto de tarefas que estão acometidas a um Presidente de junta numa situação de catástrofe ou de acontecimento grave, e que eu discuto se alguns sabem o papel que depois têm que desempenhar quando isso eventualmente acontece. Portanto, essa é só a minha visão.</p>
--	--	---

<p>(E5)</p>	<p>Elaborar um estudo das necessidades de cada localidade, e dota-las de meios para essas emergências, resultantes da falta.</p> <p>a) Bem como melhorar a educação para o risco? Fazer simulacros locais e incentivar a população.</p>	<p>Os autarcas nunca estão preparados, mas sim sensibilizados, pois os desafios de hoje podem ser diferentes do amanhã, contudo tudo fazem.</p> <p>a) Em particular dos resultantes das alterações climáticas? Tudo fazem, para uma melhoria, mas é difícil com as alterações climáticas e com a zona, pois são sempre diferentes.</p> <p>b) E das resultantes de uma cada vez maior globalização e movimentação de massas? Cada vez mais a organização da sociedade se torna complexa, encontrando-se sujeita a riscos de ordem diversa que provocam um maior ou menor grau de perturbação de acordo com a menor ou maior preparação da sociedade face aos fenómenos.</p>
<p>(E6)</p>	<p>Nas ações de sensibilização muito se falou na altura dos incêndios da questão de criar as “Aldeia segura pessoa segura” exatamente, e não foi feito porque nós só nos lembramos quando estamos mesmo aflitos, não é?</p> <p>Se calhar, o Governo, não digo propriamente o município, mas tentar ajudar mais as juntas a criarem as unidades locais, porque nós no nosso concelho temos muito poucos os que conseguem ter porque obriga a ter coisas que não é qualquer junta que tem, ou pode ter a nível de recursos financeiros.</p> <p>Acho que nós deveríamos juntar-nos e tentar neste meio que existem tantos estrangeiros, devíamos tentar sensibilizá-los também e visto que moram em zonas densa floresta, sensibilizar da parte do risco exatamente, e até mesmo a nível de caminhos, que é muito difícil o acesso. Acho que devíamos ter um papel ainda maior de sensibilização e até mesmo perceber quem é que mora e quantos moram.</p> <p>Acho que isso será um trabalho também de proteção civil e também de junta de freguesia (em parceria), e até se calhar fazer simulacros, não sei se essa parte também será uma competência ou não dos simulacros.</p> <p>As ações de sensibilização não é só mostrar um PowerPoint, mas sim darmos algo mais prático.</p>	<p>Acho que não estamos preparados e acho que deveríamos estar. Cada vez mais deparamo-nos só na situação de risco ou só na situação que precisamos mesmo de resolver. Alguma coisa que se precise vamos procurar à lei, ou vamos tentar perceber como é que funciona ou como é que podemos executar alguma coisa.</p> <p>Acho que deveria haver muito mais informação e até meios financeiros e humanos.</p>

(E7)	<p>Eu acho que nós temos que começar pelos pontos de partida que é analisar em cada terra, em cada localidade, e nós tivemos esse aspeto em 2017, como as bocas de incêndio, que muitas coisas que não funcionara, e que se forem vistas e revistas durante o ano e quando chegar uma situação de emergência (que esperemos que não aconteça) estará tudo muito mais bem prevenido para essa situação</p>	<p>É assim, não está a ser fácil porque ninguém estava à espera do que se está a suceder com estas alterações climáticas e que vão trazer-nos muitos dissabores, e estamos a trazer muitos dissabores, por isso é que eu acho que cada vez mais andar no terreno e estar ligado e interligado é muito importante. Apesar de que eu acho que nesta mesma autarquia, juntamente com a proteção civil, está a funcionar muito bem. Há uma grande movimentação e acho que tem que continuar assim e cada vez a ser maior. Deverá apostar-se na proximidade, proximidade essa que vai ajudar muito, de certeza.</p>
(E8)	<p>As principais medidas que as autarquias locais deveriam ou poderão implementar para garantir a segurança da população em situações de emergência poderão passar por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A implementação de sistemas de alerta; - Promover e apoiar a realização de exercícios a nível municipal, simulacros ou treinos operacionais; - Sensibilização nas escolas; - Promover campanhas de informação junto dos munícipes sobre medidas preventivas e condutas de autoproteção face aos riscos existentes e cenários previsíveis; - Garantir a logística e locais de apoio em caso de catástrofe ou acidente; - Entre outros, 	<p>Perante as situações que têm acontecido, começam a ter essa preocupação, no entanto, ainda existe um longo caminho a percorrer.</p> <p>b) E das resultantes de uma cada vez maior globalização e movimentação de massas?</p> <p>R: Relativamente à globalização e movimentos de massas, é preciso estudar estas áreas e debater mais estes assuntos, até porque estas dinâmicas não afetam só a área da proteção civil, mas também outras áreas, como a social, económica, entres outras e nesse sentido, é necessário promover a partilha entre os vários serviços de forma a dar uma resposta consertada e objetiva a estas situações.</p>
(E9)	<p>Mais recursos humanos e equipamentos técnicos ao dispor do SMPC, mais formação, melhor organização no acesso a equipamentos da autarquia.</p> <p>a) o SMPC teria de ter acesso facilitado aos dados dos proprietários e mais autonomia legal sobre os mesmos para que a prevenção seja colocada em prática junto dos prevaricadores. A grande maioria das propriedades privadas está a colocar em risco as localidades e a região devido à falta de limpeza e manutenção dos terrenos que passam impunes face às dificuldades legais que as entidades oficiais têm para os localizar, intimar e obrigar a limpar.</p>	<p>Estão sensibilizados, ainda não estão preparados nem protegidos juridicamente para atuarem, ao nível global em geral, quer em particular quanto às constantes alterações climáticas e de movimentação de massas.</p>
(E10)	<p>A principal medida que os municípios podem ter é a identificação dos locais onde poderão garantir a segurança da população.</p>	<p>Não, não estamos. Sensibilizados sim, mas não preparados para os fenómenos que poderão surgir das alterações.</p>

	<p>a) Mais ações de sensibilização e formação, junto principalmente da comunidade escolar.</p>	<p>b. Já sabemos a curto prazo quais são as necessidades para uma grande movimentação de massas, mas não estamos preparados.</p>
<p>(E11)</p>	<p>Acho crucial que as autarquias promovam uma "profissionalização" na área da proteção civil, investindo em equipas dedicadas diariamente a esta matéria. O aumento da profissionalização não se limita aos recursos humanos, mas abrange uma evolução nas estruturas municipais para garantir capacidade de resposta e de prevenção a vários riscos, envolvendo colaboração com outros agentes de proteção civil. Uma vez que a responsabilidade na proteção civil é coletiva, abrangendo municípios, juntas de freguesia, populações, bombeiros, GNR e outras entidades, torna-se importante uma melhor interligação entre todos é essencial. As campanhas de consciencialização são determinantes para informar a população em geral sobre os riscos, prevenção e a reação adequada.</p>	<p>De modo franco, acredito que não estamos preparados, visto que observamos desastres intensos e inesperados, o que indicam que, tal como qualquer outro país, não estamos verdadeiramente preparados para eventos de grande severidade.</p>

1. Análise e Discussão Geral dos Resultados

O sistema de proteção civil em Portugal tem-se vindo a caracterizar por um processo contínuo de adaptação ao contexto atual, frequentemente impulsionado por eventos críticos que expuseram falhas significativas na gestão de riscos, em situações de emergência e pós-emergência. Tomemos como exemplo as reformas legislativas ocorridas após os eventos de 2017 e 2020 (Lei n.º 27/2006 de 3 de julho e Decreto-Lei n.º 45/2019 de 1 de abril). A análise das entrevistas e inquéritos evidencia que os eventos de 2017 e 2020 atuaram como catalisadores para alterações substanciais na legislação e nos procedimentos de proteção civil. Contudo, é notável que apenas uma minoria dos inquiridos (6,30%) considera as medidas de prevenção de incêndios florestais como “bastante adequadas”, enquanto um número bastante maior de inquiridos (38,30%) as considera “pouco adequadas” (Gráfico 10), conforme expresso na entrevista (E3) *“(...) a acessibilidade está melhorada, muito melhor, porque antes a proteção civil, a gente quase nunca recorria a ela, e agora devido às ocorrências acho que a proteção civil está mais aberta a perceber as coisas e a atuar. Mas, claro, mais uma vez volto a repetir, há muita coisa a fazer e os responsáveis daqui sabem perfeitamente isso.”*

Os incêndios de 2017 e a pandemia de 2020 revelaram vulnerabilidades significativas no sistema, impulsionando a necessidade de uma resposta mais robusta e enquadrada com o contexto atual. As alterações legislativas incluíram a transição do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Lei n.º 27/2006 de 3 de julho e

Decreto-Lei n.º 45/2019 de 1 de abril). As entrevistas indicam a existência de desafios contínuos, como a falta de recursos humanos, dificuldades logísticas e a necessidade de coordenação eficaz entre as diversas entidades que compõem o sistema de gestão de emergências e proteção civil. Em relação ao apoio prestado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil após os incêndios de 2017, 51,50% dos inquiridos o classificaram como “Muito Boa” ou “Boa” (Gráfico 6), enquanto 48,50% o consideraram “Inexistente” ou “Desconheço” (30,90%). A resposta dos SMPC à pandemia de COVID-19 foi avaliada de forma mista, com 55,40% classificando-a entre “Muito boa” e “Boa”, mas 11,40% como “Mau” (Gráfico 11). Apesar das diferenças quer em termos de escala, quer em termos de alcance entre estes eventos, observa-se uma melhoria na perceção da atuação da proteção civil de um evento para outro.

Verificam-se esforços significativos para melhorar a consciencialização, os dispositivos de alerta e a educação para o risco, tanto para o público em geral quanto para os agentes de proteção civil. Iniciativas como “Pessoas Seguras/Aldeias Seguras” e os programas de sensibilização demonstram um envolvimento mais ativo dos SMPC com a população e as comunidades locais, como ilustrado por um dos entrevistados: *“As criações destas normas legislativas permitiram que as autarquias locais efetuassem uma ligação de proximidade com a comunidade, como exemplo, referimos a divulgação de avisos às populações e a implementação do programa “Aldeias seguras”, as unidades locais envolvendo os cidadãos para a construção de comunidades mais resilientes a catástrofes.”* (E8).

A pandemia, provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19), representou um desafio sem precedentes, exigindo da proteção civil nacional e dos SMPC em particular, uma rápida adaptação. As medidas implementadas refletem a capacidade dos serviços de se adaptarem a situações de crise complexas.

Observa-se um aumento na consciência da população sobre os riscos e a importância da proteção civil, fruto das campanhas de informação e sensibilização. Nos inquéritos, à pergunta sobre a proximidade entre o SMPC local e a população durante e após a pandemia, 36,60% dos inquiridos relataram ter sentido um aumento dessa proximidade (Gráfico 12), resultado que está alinhado com as observações das entrevistas, como exemplificado em *“Existe e até a questão das mensagens, de avisos existe. Pegando um pouco dos incêndios, e como é tanta floresta, acho que, se calhar, a proteção civil podia ter aqui um papel junto nós autarcas para sensibilizar mais a limpeza. Há uma maior sensibilização junto da população.”* (E3).

A evolução do sistema de proteção civil em Portugal, especialmente após 2017 e 2020, revela um progresso contínuo e positivo, ainda que inicialmente mais reativo do que preventivo e integrado. As opiniões dividem-se quanto à preparação para eventos severos, com 41,70% dos inquiridos acreditando que o SMPC está mais preparado (Gráfico 16), enquanto entrevistados expressam opiniões como *“De modo franco, acredito que não estamos preparados, visto que observamos desastres intensos e inesperados, o que indicam que, tal como qualquer outro país, não estamos verdadeiramente preparados para eventos de grande severidade.”*

(E11). Apesar das melhorias, desafios significativos permanecem, particularmente no que diz respeito a recursos, coordenação e sensibilização contínua da população.

A colaboração entre diferentes entidades e a consciencialização da população são fundamentais para a eficácia do sistema de proteção civil. A pandemia COVID-19 e os incêndios de 2017 destacaram a necessidade de uma resposta rápida, adaptável e bem coordenada para a gestão de emergências complexas. Esta análise evidencia a importância de um sistema de proteção civil robusto, adaptável e proativo, capaz de responder a desafios emergentes e em constante evolução.

Os eventos de 2017 e 2020, incêndios florestais e a pandemia de COVID-19, respetivamente, tiveram um impacto significativo na melhoria do sistema de proteção civil em Portugal, particularmente ao nível da gestão de emergências, formação e sensibilização. A resposta aos incêndios de 2017 incluiu a alteração do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, refletindo uma abordagem mais integrada à prevenção e gestão de incêndios. As entrevistas destacam que os incêndios levaram a uma maior consciencialização pública sobre os riscos e a necessidade de preparação, bem como a implementação de programas como “Pessoas Seguras” e “Aldeias Seguras”, indicando uma melhoria na capacidade de resposta da população e dos SMPC a emergências semelhantes.

A pandemia exigiu dos SMPC uma rápida adaptação, desenvolvendo planos operacionais para responder às necessidades emergentes e a situações complexas e imprevisíveis. Esta capacidade de adaptação rápida é um indicativo claro de melhoria na gestão de emergências. A pandemia também impulsionou a criação de mecanismos de apoio à população, reforçando a importância do envolvimento local na gestão de emergências.

Uma das principais alterações à legislação portuguesa em matéria de proteção civil, mais concretamente à Lei n.º 65/2007, em particular as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, foi a criação da figura do Coordenador Municipal de Proteção Civil. Esta figura tem um papel central na gestão das operações de proteção e socorro a nível municipal. O Coordenador Municipal passou a ser o responsável pela coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), garantido apoio contínuo às operações de socorro no concelho, promovendo a elaboração de planos de intervenção para cenários previsíveis, e orientando sobre os materiais e equipamentos mais adequados para a intervenção operacional. Passando ainda a ser sua a responsabilidade de convocar e coordenar o Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM), assegurando uma articulação eficiente entre todas as entidades essenciais às operações de proteção e socorro no município.

Observa-se um aumento na sensibilização pública quanto aos riscos, emissão de alertas e à importância da proteção civil, tanto no contexto dos incêndios quanto da pandemia e outros riscos. Esta sensibilização é crucial para a eficácia da gestão de

emergências e indica uma melhoria na comunicação e no envolvimento dos SMPC com a população.

Verificam-se também algumas lacunas e deficiências no sistema de proteção civil em Portugal, em particular no papel do Coordenador Municipal de Proteção Civil e no funcionamento do CCOM (e.g. o facto de o n.º 1 Artigo 14º-A do Decreto-Lei 44/2019 de 1 de abril afirmar “*Em cada município há um coordenador municipal de proteção civil*” e existirem um número considerável de municípios que não têm um nomeado, o que por outro lado leva a questionar como poderá nestes município funcionar o CCOM, já que, segundo o n.º 3 do Artigo 6º do Decreto-Lei 90-A/2022 de 30 de setembro, os CCOM são coordenados pelos Coordenadores Municipais de Proteção Civil). Uma das principais questões identificadas foi a eficácia das medidas de prevenção de incêndios florestais, com apenas 6,30% dos inquiridos considerando-as “*bastante adequadas*”, enquanto uma proporção significativamente maior, 38,30%, as considerou “*pouco adequadas*”. Ainda que, 36,60% dos inquiridos tenham indicado um aumento na proximidade entre o SMPC local e a população durante e após a pandemia, sugerindo uma melhoria na comunicação e no envolvimento comunitário, mas por outro lado, as entrevistas também apontam para a necessidade de aprofundar essa conexão.

Para estudos futuros, com o intuito de abordar e minimizar estas lacunas, seria relevante explorar medidas com o objetivo de aumentar a eficácia das medidas de prevenção e gestão de emergências. Incluindo uma análise mais detalhada dos desafios enfrentados pelos Coordenadores Municipais e pelos CCOM em termos

de recursos, formação e coordenação entre os diferentes agentes que compõem o sistema e com pesquisas adicionais concentradas em estratégias cujo o propósito seja fortalecer a comunicação e o envolvimento entre os SMPC e as comunidades locais, assegurando uma maior proximidade entre ambos e a implementação de medidas mais abrangentes e eficazes.

As entrevistas também apontam para a necessidade de formação contínua e especializada, tanto para agentes de proteção civil quanto para a população em geral, sinalizando uma evolução na preparação e capacidade de resposta a emergências.

Capítulo VI

Considerações Finais

A dissertação procura relacionar a evolução do Sistema Nacional de Proteção Civil em Portugal, com as alterações legislativas e estruturais que ocorreram em resposta aos incêndios de 2017 e à pandemia de COVID-19 em 2020. Este estudo procura descrever a proteção civil em Portugal, partindo de uma análise histórica e culminando nas reformas legislativas e estruturais, incluindo a transição para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil em 2019.

Os eventos de 2017 e 2020 terão contribuído para mudanças significativas, deixando a descoberto as vulnerabilidades e impulsionando a necessidade de uma resposta mais robusta, conforme podemos verificar pelas alterações legislativas e melhorias na coordenação e gestão de emergências. A pandemia de COVID-19, em particular, representou um desafio sem precedentes, exigindo uma rápida adaptação dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e refletindo a capacidade do sistema de se adaptar a situações de crise complexas.

A análise dos inquéritos e entrevistas revelou um aumento na consciência da população sobre os riscos e a importância da proteção civil quer nacional, quer local, indicando uma melhoria na comunicação e no envolvimento dos SMPC com a população. No entanto, apesar desses avanços, persistem desafios significativos, particularmente no que diz respeito à falta de recursos, ao défice ainda visível na coordenação e sensibilização contínua da população.

Esta análise sublinha a importância e necessidade de um sistema de proteção civil robusto, adaptável e proativo, capaz de responder a desafios emergentes e em constante evolução. A resposta aos incêndios de 2017 e à pandemia de COVID-19 reflete uma abordagem mais integrada à prevenção e gestão de emergências, evidenciando uma melhoria na capacidade de resposta da população e dos SMPC a emergências semelhantes. Além disso, as entrevistas apontam para a necessidade de formação contínua e especializada, tanto para agentes de proteção civil quanto para a população em geral, sinalizando, contudo, uma evolução na preparação e capacidade de resposta a emergências.

Assim, podemos sumarizar como resposta às questões de investigação inicialmente colocadas:

- *Qual tem sido o papel dos SMPC desde o início do século no sistema nacional de proteção e socorro?*

Nesta análise retrospectiva do sistema nacional de proteção e socorro, observamos que os SMPC têm desempenhado um papel crucial, adaptando-se continuamente a desafios emergentes. Influenciado por eventos marcantes como os incêndios de 2017 e a pandemia de 2020, os SMPC evoluíram significativamente, refletindo-se em mudanças legislativas e melhorias na gestão de emergências.

- *Qual a sua relação com a população?*

A relação dos SMPC com a população fortaleceu-se ao longo do tempo. Esforços em consciencialização, educação para o risco e iniciativas como os programas “Pessoas Seguras” e “Aldeias Seguras” demonstram um compromisso crescente

com a comunidade, promovendo uma colaboração mais eficaz e uma resposta conjunta a emergências.

- *Qual o contributo dos incêndios de 2017 e a pandemia de 2020 (SARS-CoV-2) nas alterações que os SMPC têm vindo a implementar no âmbito da prevenção, gestão de emergência e socorro dentro das suas áreas de atuação?*

Os incêndios de 2017 e a pandemia de COVID-19 parecem ter atuado como catalisadores para uma reformulação significativa nos SMPC. Estes eventos desencadearam a revisão de estratégias de prevenção e gestão de emergências, destacando a importância da adaptação rápida e do envolvimento local para uma coordenação eficaz em situações de crise.

A presente dissertação procura destacar a evolução do sistema de proteção civil em Portugal e a forma como esta terá sido impulsionada pelos eventos críticos, em particular os de 2017 e 2020, evidenciando a necessidade contínua de melhorias e ajustes no sistema. A experiência de Portugal ilustra a importância da adaptabilidade e da preparação contínua para enfrentar crises diversas e complexas, fornecendo lições valiosas para o futuro da gestão de riscos e emergências no país. Esta evolução, embora positiva, destaca a necessidade de uma política proativa e integrada na gestão de emergências, essencial para a construção de um sistema de proteção civil mais resiliente e eficaz.

Bibliografia

- «A pandemia veio clarificar a importância que o sistema de Proteção Civil tem no nosso País»—XXII Governo—República Portuguesa.pdf. (2021).
- Amaro, A. (2009). *O socorro em Portugal. Organização, formação e cultura de segurança nos corpos de bombeiros, no quadro da Protecção Civil* [Dissertação de Doutoramento]. Universidade do Porto.
- ANEPC. (2021). *Caderno Técnico PROCIV n. 28*.
https://prociv.gov.pt/media/yq0nelnl/ct_28_guia-de-refer%C3%A2ncia-para-planeamento-de-evacua%C3%A7%C3%A3o-em-caso-de-tsunami.pdf
- ANEPC. (2017). *Clube de Protecção Civil*.
<https://prociv.gov.pt/pt/documentacao/clube-de-protecao-civil/>
- ANEPC. (2022). *Caderno Técnico PROCIV n. 3*.
https://prociv.gov.pt/media/a33ndmnx/ct_3_planos_emergencia__2022.pdf
- ANEPC. (2023a). *Missão, visão e valores—Força Especial de Protecção Civil*.
<https://prociv.gov.pt/pt/fepc/quem-somos/missao-visao-e-valores/>
- ANEPC. (2023b). *Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro*.
<https://prociv.gov.pt/pt/sistema-de-protecao-civil/sistema-integrado-de-operacoes-de-protecao-e-socorro/>
- Assembleia da República. (1975). (Decreto-Lei n.º 78/75).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/78-1975-160138>
- Assembleia da República. (1979). (Lei n.º 10/79).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/10-1979-383426>
- Assembleia da República. (2003a). (Decreto-Lei n.º 49/2003; 141 p.).

Assembleia da República. (2003b). (Decreto-Lei n.º 49/2003).

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/49-2003-231117>

Assembleia da República. (2006). (Decreto-Lei n.º 203/2006).

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/203-2006-545640>

Assembleia da República. (2007). (Lei n.º 65/2007).

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/65-2007-629393>

Assembleia da República. (2022). (Decreto-Lei n.º 90-A/2022).

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2022/12/25101/0000800022.pdf>

Avaliação dos Incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. (2018).

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=avaliacao-dos-incendios-ocorridos-entre-14-e-16-de-outubro-de-2017-em-portugal-continental>

Caldeira, D. (2013). *Proteção Civil: Um Novo Paradigma para o Desenvolvimento Local.* 90-94 pp.

Câmara Municipal do Porto. (2022). *Educação para o Risco* [Ouvir Educação para o Risco]. <https://www.cm-porto.pt/programas-e-projetos/educacao-para-o-risco>

Catarino, Ó. F. (2017). *Mudança de paradigma na organização da Proteção Civil Municipal: O caso dos agrupamentos de corpos de bombeiros.* 255 p.

CIM RC. (2020). *Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.*

https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Comunidade_Intermunicipal_da_Regi%C3%A3o_de_Coimbra&oldid=58661359

- Comissão Técnica Independente. (2017). *Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017.* (297 p.).
- Costa, F. da S., & Pimentel, M. A. S. (2017). A gestão integrada do risco de inundação em Portugal e no Brasil: O papel das comunidades locais. *Papeles de Geografía*, 101-115 pp.
<https://doi.org/10.6018/geografia/2017/294901>
- Ferreira, N. M. G. (2016). *Sistema de Gestão de Operações—Contributos para o Município da Amadora.* 133 p.
- GET Safety. (2023). *Uma década de mudanças na Proteção Civil.*
- Lima, H. (2022). *Plano de Atividades da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil | 2022.* 57 p.
- Morais, S. M. S. (2012). *Um modelo de organização e funcionalidade para os Serviços Municipais de Proteção Civil* [Dissertação de Mestrado].
- NOVA School of Law – Universidade Nova de Lisboa, Portugal, & Berenguer, L. (2022). Da Proteção Civil em Portugal: Uma Análise aos Programas dos XXII Governos Constitucionais. *Revista Portuguesa de Ciência Política / Portuguese Journal of Political Science*, 17 p.
<https://doi.org/10.33167/2184-2078.RPCP2022.17/pp.141-155>
- Portugal GOV. (2023). *Combate aos incêndios. 2023 é um dos melhores anos de sempre.*

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=combate-aos-incendios-2023-e-um-dos-melhores-anos-de-sempre>

Decreto-Lei n.º 44/2019, AR (2019).

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/44-2019-121748966>

Presidência do Conselho de Ministros. (2021). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021*.

<https://files.dre.pt/1s/2021/08/15500/0013300156.pdf>

Relatório Técnico Independente—Incêndios Pedrogão. (sem data). Obtido 11 de dezembro de 2023, de

https://www.parlamento.pt/Documents/2017/Outubro/Relat%C3%B3rioCTI_VF%20.pdf

Ribeiro, M. (2015). *Proteção Civil*. 109 p.

<https://doi.org/10.13140/RG.2.1.3056.8168>

SGIFR. (2022). *Relatório anual de atividades do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais* (280 p.).

https://www.agif.pt/app/uploads/2023/07/Relat%C3%B3rio_Atividades_SGIFR2022_menor.pdf

Silva, N. (2020). *Contributo para a Organização do Sistema de Proteção Civil à Escala Municipal*

[Dissertação de Mestrado]. Lusófona do Porto.

Summavielle, P. (1993). *A protecção civil no municipalismo português*. 7 p.

Tavares, C. (2021). *Mudança de Paradigma Organizacional nos Serviços Municipais de Proteção Civil: O Caso dos Municípios da SubRegião das*

Terras de Trás-os-Montes [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Bragança.

UNISDR. (2013). *Marco Pós-2015 para a Redução do Risco de Desastres*.

XXII Governo - República Portuguesa. (2021). «*A pandemia veio clarificar a importância que o sistema de Proteção Civil tem no nosso País*».

Anexos

I. Modelo de Inquérito

É objetivo do presente inquérito a recolha de informação para uma dissertação de Mestrado em Gestão de Emergência e Socorro (4ª edição) ministrado pelo ISCIA. Tem como público alvo população em geral com idade superior a 18 anos e a informação recolhida é estritamente confidencial.

Não obstante o anonimato, os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito da dissertação do referido Mestrado assim como em publicações científicas que dela possam advir, com o estrito objetivo de disseminação do conhecimento adquirido.

Pretendemos com este inquérito avaliar a evolução da Proteção Civil em Portugal e a forma como os últimos grandes eventos de 2017 e 2020 (Incêndios de Pedrogão, de 15 de outubro e pandemia SARS-Cov-2) contribuíram para uma maior proximidade entre a Proteção Civil e a População em geral.

Tempo aproximado de resposta 3 minutos.

Obrigado pela sua colaboração!

1. Qual o género?

- a) Masculino
- b) Feminino
- c) Outro

2. Idade?
 - a) Menos de 18 anos
 - b) 18-30 anos
 - c) 31-45 anos
 - d) 46-60 anos
 - e) Mais de 60 anos

3. O concelho onde reside faz pertence à Comunidade Intermunicipal de Coimbra (CIM RC)?
 - a) Sim
 - b) Não (se não, salta para questão 5)

4. Qual o concelho de residência?
 - a) Arganil
 - b) Cantanhede
 - c) Coimbra
 - d) Condeixa-a-Nova
 - e) Figueira da Foz
 - f) Gois
 - g) Lousã
 - h) Mealhada
 - i) Mira
 - j) Miranda do Corvo
 - k) Montemor-o-Velho
 - l) Mortágua
 - m) Oliveira do Hospital

- n) Pampilhosa da Serra
 - o) Penacova
 - p) Penela
 - q) Soure
 - r) Tábua
 - s) Vila Nova de Poiares
5. Nos Incêndios de 2017 (Pedrogão ou 15 de outubro) sofreu algum tipo de dano?
- a) Sim
 - b) Não
6. Como avalia o apoio prestado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil da sua área de residência após os Incêndios de 2017?
- a) Muito Bom
 - b) Bom
 - c) Inexistente
 - d) Desconheço
7. Como avalia a comunicação do Serviço Municipal de Proteção Civil da sua área de residência nos Incêndios de 2017?
- a) Muito Bom
 - b) Bom
 - c) Inexistente
 - d) Desconheço
8. Recebeu da parte da Proteção Civil alguma informação relativa ao que fazer durante e pós incêndios de 2017?

- a) Sim
 - b) Não
 - c) Não sei responder
9. Em sua opinião a comunicação entre a Proteção Civil e a população na sua área de residência melhorou após os incêndios de 2017?
- a) Sim, melhorou muito
 - b) Melhorou, mas pouco
 - c) Está igual
 - d) Até piorou
10. Sente que a informação recebida da Proteção Civil na sua área de residência tem contribuído para que esteja mais preparado para agir em caso de incêndio?
- a) Sim, tem contribuído muito
 - b) Não tem contribuído muito
 - c) Não noto qualquer diferença
 - d) Não recebo qualquer informação
11. Acha que as medidas de prevenção contra incêndios florestais são as adequadas na sua área de residência?
- a) Sim, bastante adequadas
 - b) São as adequadas
 - c) Pouco adequadas
 - d) Desconheço
12. Como avalia o papel do Serviço Municipal de Proteção Civil da sua área de residência no em 2020 com o início da pandemia (COVID-19)?

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Razoável
- d) Mau
- e) Desconheço

13. Recebeu informação da Proteção Civil da sua área de residência sobre os cuidados a ter durante a pandemia?

- a) Sim
- b) Não

14. Foi apoiado de alguma forma pela Proteção Civil da sua área de residência durante os períodos de confinamento (2020 e 2021)?

- a) Sim
- b) Não

15. Em seu entender as medidas tomadas durante a pandemia pela Proteção Civil da sua área de residência foram as adequadas?

- a) Sim, foram muito adequadas
- b) Foram adequadas, mas necessitam de melhorias
- c) Não foram adequadas
- d) Não sei responder

16. Sente uma maior proximidade entre o SMPC local e a população durante e após a pandemia?

- a) Sim, está mais próxima
- b) Não noto qualquer diferença
- c) Não sei responder

17. Qual o meio de comunicação pelo qual prefere receber informação em caso de emergência?

- a) Rádio
- b) TV
- c) Redes sociais
- d) Mensagem de texto (SMS)
- e) Telefone
- f) E-mail
- g) Outro

18. Algum desde meios é utilizado pelo SMPC da sua área de residência

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

19. Se respondeu sim à questão anterior diga-nos qual?

20. O SMPC da área de residência promove com regularidade sessões informativas dirigidas à população em geral?

- a) Sim, regularmente
- b) Sim, mas com pouca regularidade
- c) Raramente
- d) Não
- e) Desconheço

21. Tem conhecimento de ações de formação para o risco promovidas pelo SMPC da sua área de residência destinadas à população em geral?

- a) Sim, é frequente
- b) Sim, mas raramente
- c) Não

22. Tem conhecimento de ações de formação para o risco promovidas pelo SMPC da sua área de residência destinadas à população escolar?

- a) Sim, é frequente
- b) Sim, mas raramente
- c) Não

23. Conhece o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do seu município?

- a) Sim, conheço e já li
- b) Sim, conheço
- c) Desconheço

24. O SMPC do seu município promove algum tipo de simulacro na sua área de residência?

- a) Sim, regularmente
- b) Sim, mas raramente
- c) Desconheço

25. Atualmente e após os incêndios de 2017 e a pandemia, na sua opinião o SMPC está mais preparado para responder a situações de emergência?

- a) Sim, sem dúvida
- b) Sim, está melhor
- c) Alterou pouco
- d) Não sei

26. Na sua opinião, hoje existe uma maior proximidade entre a população e o

SMPC do que em 2017?

- a) Sim, sem dúvida
- b) Sim, mas pouco
- c) Está igual
- d) Não consigo avaliar
- e) Está pior.

II. Modelo de Entrevista

1. Em sua opinião que alterações tem sofrido o Sistema Nacional de Proteção Civil desde o início do século, em especial dos agentes locais como os SMPC?
2. Como avalia a atuação e proximidade do SMPC em relação à população local, tendo em conta as competências definidas pela Lei 65/2007 e pelo Decreto-Lei 44/2019?
3. Quais são os principais desafios enfrentados pelos SMPC na prevenção, gestão de emergência, socorro e sensibilização/formação para o risco dentro das suas áreas de atuação, quer em termos geográficas, quer funcionais?
4. Os incêndios de 2017 e a pandemia de 2020 tiveram impactes diretos sobre os SMPC, e quais foram as principais alterações em termos legais, operacionais, logísticos e políticos?
 - a) E junto da população (em geral)?
5. A sua autarquia assumiu as competências atribuídas e definidas pelo Decreto-Lei 44/2019? Quais foram implementadas ao nível do SMPC?
6. Existe no seu município uma aproximação do SMPC à população local incentivando à participação do cidadão nas ações de prevenção e gestão de emergência, no fundo promovendo também o voluntariado?
7. Qual tem sido o envolvimento do SMPC com as entidades locais e regionais no âmbito da proteção civil?
8. Quais as principais iniciativas do SMPC com vista a melhorar a sua capacidade de resposta em situações de emergência?

- a) Estas iniciativas têm são anteriores ou posteriores aos grandes incêndios de 2017 e/ou ao período da pandemia?
9. Em sua opinião, quais são as principais medidas que as autarquias locais deveriam ou poderão implementar para garantir a segurança da população em situações de emergência?
- a) Bem como melhorar a educação para o risco?
10. Estão as autarquias e os autarcas preparados ou no mínimo sensibilizados para os novos desafios a que os SMPC têm que responder?
- a) Em particular dos resultantes das alterações climáticas?
 - b) E das resultantes de uma cada vez maior globalização e movimentação de massas?